

COMPOSIÇÃO

Revista de Ciências Sociais
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Número 20, Ano 10 Janeiro-junho 2017

ISSN:1983 - 3784

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Composição: revista de ciências sociais / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

a.10, n. 20 (Janeiro – Junho de 2017) - Campo Grande, MS

Semestral

Revista eletrônica: <http://www.seer.ufms.br>

ISSN 1983-3784

1. Ciências Sociais - Periódicos. 2. Ciências Humanas – Periódicos. I.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 300.5

Conselho Editorial

Antonio Elizalde – Universidade Bolivariana de Chile
Brian Ferreiro – Universidade Nacional de Misiones
Célia Aparecida Ferreira Tolentino – UNESP (Marília)
Ethel Volfzon Kosminsky - UNESP (Marília)
Felipe de Alba – Universidade do Quebec
Francisco Ther Rios – Universidade de Los Lagos
Gilton Mendes - Universidade Federal de Amazonas
Helena de Carvalho Lorenzo – UNIARA
José Zanardini – Universidade Católica de Assunção
Laerte Fernandes – O Estado de São Paulo
Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio – UFSCar

Normas e Critérios para publicação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Reitor: Marcelo Turine
Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ISSN 1983-3784
Conselho de Redação
Aparecido Francisco dos Reis
Ana Maria Gomes
Daniel Estevão Ramos de Miranda
Manoel Rebelo Junior

Coordenação Geral: Aparecido Francisco dos Reis
Editoração eletrônica:
Aparecido Francisco dos Reis
Daniel Massanori Teruya Leite
Revisão: Os próprios autores
Distribuição eletrônica

Revista indexada em: Qualis Capes
Descrição dos procedimentos de seleção de trabalhos para publicação Critérios para publicação: Revista Composição
Art. 1 – Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização desconhecimentos nas áreas de Antropologia, Ciência Política, Sociologia e afins.
Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Curso de Ciências Sociais; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de

Redação composto por quatro professores do curso de Ciências Sociais da UFMS, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4 - Ao Conselho Editorial caberá a avaliação de trabalhos para publicação.

Parágrafo 1o - Os membros do Conselho Editorial serão indicados pelo corpo de professores do curso de Ciências Sociais, com exercício válido para o prazo de quatro anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.

Parágrafo 2o - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial.

Parágrafo 3o - O Conselho Editorial, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades do assunto tratado.

Art. 4 - Composição publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Antropologia, Ciência Política, Sociologia e afins e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.

II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa que constituam fundamentos da área específica da revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área temática da revista, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do periódico.

IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área temática da revista.

Art. 6 - A entrega dos originais para Composição deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter obrigatoriamente:

- a) título em português e inglês;
- b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e filiação institucional completa, bem como a auxílios institucionais, endereço institucional, telefone institucional e endereços eletrônicos;
- c) resumo em português (máximo de 6 linhas, ou 400 caracteres) e abstract fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e key words, ambos em número de 3, para efeito de indexação do periódico;
- d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
- e) Notas de rodapé, eliminando-se os recursos das notas finais;
- f) referências bibliográficas.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:

- a) uma cópia anexada ao endereço eletrônico no padrão word 97-2003;
- b) uma autorização para publicação devidamente assinada pelo autor também anexada ao endereço eletrônico;
- c) a extensão do texto deverá se situar entre 10 e 20 páginas redigidas em espaço duplo;
- d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
- e) a fonte utilizada deve ser a Times New Roman, tamanho 12;
- f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos

do artigo virão em negrito;

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em português ou inglês, e encaminhados para o e-mail com o texto rigorosamente corrigido e revisado.

IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e inseridas no texto com as devidas indicações.

V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7 - Não serão aceitos textos fora das normas estabelecidas, com exceção dos casos previstos no artigo anterior, e os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa, no prazo máximo de três meses.

Art. 8 - Uma vez publicados os trabalhos, Composição reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

EDITORIAL

Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, publica nesta edição janeiro-junho 2017, publica colaborações de autores de todo Brasil ligados a pesquisa e a pós-graduação. Os artigos versam sobre prática da justiça nos núcleos de atendimento jurídico à população; sobre igrejas enquanto locais de culto, mas também de expressão comunitária; sobre o papel da mulher na política; sobre sociologia e criminalidade e por fim, sobre a sociologia e os tempos modernos.

Destacamos ainda que Composição continuará recebendo colaborações para os próximos números na forma de fluxo contínuo.

Boa leitura.

Prof. Dr. Aparecido Francisco dos Reis – Editor

Sumário

O papel da universidade na efetivação do acesso gratuito à justiça por meio do núcleo de práticas jurídicas: uma análise a respeito da inclusão social

João Vitor Alves dos Santos

Heitor Romero Marques.....08

Igreja Conventual São Francisco de Assis: Arquitetura sagrada em Campo Grande - MS

Denise Engleitner

Maria Augusta de Castilho

Mariel Guerreiro da Fonseca Martins.....29

A representação da mulher no horário gratuito de propaganda eleitoral nas eleições estaduais de Mato Grosso do Sul em 1998.

Suellen Cerqueira da Anunciação de Souza.....44

Os impactos da falsa acusação em pequenas comunidades: possíveis encontros entre a Sociologia e a Criminologia no filme “A Caça”

Artur Mazzucco Fabro

Fernando Vechi.....60

Sociologia e Modernidade: produto e produtor?

Rodrigo do Prado Bittencour.....75

O papel da universidade na efetivação do acesso gratuito à justiça por meio do núcleo de práticas jurídicas: uma análise a respeito da inclusão social

The role of the university in effecting free access to justice through the core of legal practices: an analysis of social inclusion

João Vitor Alves dos Santos

Heitor Romero Marques¹

Recebido em 30/03/2017; aceito em 20/06/2017

Resumo: O presente estudo busca analisar a prestação jurisdicional aos hipossuficientes com finalidade de acesso à justiça protetiva da dignidade da pessoa humana desenvolvida pelo Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPRAJUR) da Universidade Católica Dom Bosco e de como isso auxilia a formação ético jurídica dos acadêmicos. Para tanto, procurou-se compreender a evolução dos meios de Acesso à Justiça, como surgiram e como são aplicados nos dias atuais, ou seja, faz-se um paralelo entre as instituições e dispositivos surgidos quando do início e os utilizados atualmente. Em seguida foi analisado como se dá o atendimento no Núcleo de Práticas Jurídicas, os critérios para ter tal atendimento e a maneira como ocorre o contato entre necessitados e alunos, tudo por meio de visitas e entrevistas realizadas no Complexo onde está localizado o NUPRAJUR da Universidade Católica Dom Bosco, revisão bibliográfica e checagem de legislação interna. A pesquisa se pautou no método hipotético-dedutivo, com base na análise teórica de material bibliográfico e da legislação pretérita e vigente.

Palavras-chave: Acesso à justiça; assistência judiciária; Núcleo de Práticas Jurídicas; formação ética.

Abstract: The objective of the study presented is to analyze the judicial provision for the hyposufficients with the purpose of a protective justice of the human dignity developed by the Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPRAJUR) da Universidade Católica Dom Bosco (Legal Practices Core of The Catholic University Dom Bosco). For both, it wanted to understand the evolution of the tactics for the Justice Access, who they emerged and who they are applied nowadays. After that, it was analyzed how is made the attendance on the Legal Practices Core, the criterions to have the attendance and the ways that occurs the contact between needed people and the students, all by visits and interviews held on the Complex of Clinics of The Catholic University Dom Bosco. The research was based on the method hypothetical-deductive, based on the theoretical analysis of the bibliographic material and the prior and current legislation.

Key words: Justice Access; Protective Justice; Legal Practices Core of The Catholic University Dom Bosco.

¹ Doutor em Desenvolvimento Local pela Universidade Complutense de Madrid. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UCDB. Av. Tamanadaré 6000. Tel. 55 +6733123612. Campo Grande-MS. heiroma@ucdb.br.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, por meio de revisão bibliográfica e de observação a campo, busca analisar a evolução do Acesso à Justiça, o surgimento e os avanços dos principais meios empregados pelo Estado quando do começo da implementação de tal política e, por fim, o papel do Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPRAJUR) como um dos meios de Acesso à Justiça.

Nesse contexto, o primeiro tópico irá tratar da conceituação de termos que serão usados no decorrer do trabalho além de preceituar em que aspecto irá se abordar o problema do Acesso à Justiça.

No segundo tópico serão abordadas as principais barreiras entre o Judiciário e os hipossuficientes, assim como o surgimento dos principais meios de combate a tais barreiras, além de apontar a evolução dos modelos de Acesso à Justiça e sua aplicação nos dias atuais.

Por fim será esboçada a importância do Núcleo de Práticas Jurídicas na formação do acadêmico e Acesso à Justiça. Frisar-se-á sua contribuição para a formação ética ao expor o estudante diante de situações reais as quais irão aguçar sua percepção para o encargo público de sua futura profissão.

2 O ACESSO À JUSTIÇA.

Faz-se necessário começar a presente abordagem conceituando o Acesso à Justiça, além de determinar em quais aspectos se fala de tal preceito. A doutrina determina diferentes acepções para o termo Acesso à Justiça.

Em sentido amplo o Acesso à Justiça significa certa ordem de valores e direitos fundamentais declarados e respeitados, é a integralidade da ordem jurídica e sua adequação aos valores sociais. Em sentido estrito o Acesso à Justiça se confunde com o acesso ao judiciário em si, sendo o Acesso à Justiça efetivado com a participação em um processo judicial o qual irá, ao final, por meio de uma decisão judicial, produzir os efeitos prometidos pela ordem jurídica.

Em conformidade com as ideias de José Cichocki Neto (1998, p.68) o Acesso à Justiça em sentido estrito “pode ser nominado, igualmente, de acesso ao processo”. De maneira similar José Afonso da Silva (2007, p.15) define tal preceito como “o direito de buscar a proteção judiciária”.

Para se determinar em quais aspectos será tratado tal assunto se faz pertinente explicar os conceitos de Mauro Cappelletti e Bryant Garth (1988) sobre as ondas de Acesso à Justiça. No entanto antes de se abordar as ondas de Acesso à Justiça é relevante um breve esboço do despertar do interesse do Estado em torno desse assunto. Nos Estados Liberais dos séculos XVIII e XIX os direitos eram tratados de maneira essencialmente individual, isso devido à conquista da igualdade formal entre os indivíduos proporcionada pelas revoluções burguesas. Assim, a igualdade existia declarada em lei, formalmente, no entanto, materialmente, existiam densas desigualdades entre os indivíduos. No entendimento de Cappelletti e Garth (1988, p.9):

A teoria era a de que, embora o acesso à justiça pudesse ser um “direito natural”, os direitos naturais não necessitavam de uma ação do Estado para sua proteção. Esses direitos eram considerados

anteriores ao Estado; sua preservação exigia apenas que o Estado não permitisse que eles fossem infringidos por outros.

Nesse aspecto, em decorrência da filosofia individualista de tal período, era dever do Estado não só permanecer inerte em relação às diferenças dos indivíduos, assim como ser passivo em relação à efetivação dos direitos fundamentais básicos dos cidadãos. As mudanças começaram a ocorrer na medida em que o *Welfare State* fora tomando terreno, armando os cidadãos de novos direitos.

O despertar do Estado para a incrementação e consequente efetivação do Acesso à Justiça ocorreu por volta da segunda metade do século XX, diante do crescente interesse em relação a tal assunto surgiram três ondas de teorias e modelos de se abordar o tema, tais posicionamentos surgiram em ordem cronológica (CAPPELLETTI, 1988).

Podemos afirmar que a primeira solução para o acesso – a primeira “onda” desse movimento novo – foi a assistência judiciária; a segunda dizia respeito às reformas tendentes a proporcionar representação jurídica para os interesses “difusos”. Especialmente nas áreas de proteção ambiental e do consumidor; e o terceiro – e o mais recente – é o que nos propomos a chamar simplesmente “ênfase de Acesso à Justiça” porque inclui os posicionamentos anteriores, mas vai muito além deles, representando, dessa forma, uma tentativa de atacar as barreiras ao acesso de modo mais articulado e compreensivo (CAPPELLETTI 1988, p.31).

No que tange à teoria em apreço, a primeira onda se refere à assistência jurídica aos necessitados, pois os primeiros esforços para incrementar o Acesso à Justiça se concentraram com mais ênfase na prestação jurisdicional aos mais pobres. Entre os meios utilizados para

sanar tal problema Cappelletti e Garth (1988) citam o sistema *judicare e* advogados remunerados pelos cofres públicos.

A segunda onda vai em direção à representação dos interesses da coletividade, sendo denominados de difusos. Tais direitos não são de interesse apenas de uma classe ou grupo, mas de toda a população. Exemplos de áreas que evoluíram muito nesse período são a do Direito do Consumidor e do Direito Ambiental.

A terceira onda por sua vez se preocupa com a desjudicialização dos conflitos, possui o intuito de efetivar o uso de outros meios de resolução dos embates jurídicos, são eles a mediação e conciliação, entre outros. Além de promover uma melhor resolução de determinados conflitos, essa onda se importa muito no que tange à rapidez da resolução, pois a demora no processo também constitui barreira ao Acesso à Justiça.

Ressalta-se que o presente estudo objetiva conhecer mais amplamente os problemas propostos pela primeira onda, não pelo fato de ser a mais importante, tampouco por ser a menos problematizada, mas sim pelo fato da assistência judiciária ser um dos principais meios de garantia, proteção e efetivação dos direitos mais básicos, além de contribuir enormemente para a diminuição das desigualdades sociais.

Em vista do exposto, pretende-se, pois analisar no próximo tópico a importância da assistência judiciária para os mais necessitados, assim como o surgimento e evolução dos principais meios que permitem o Acesso à Justiça dos hipossuficientes.

3 A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.

Dentre os obstáculos existentes no que concerne aos mais pobres para que tenha acesso ao processo judicial, se encontram, de acordo com Cappelletti e Garth (1988) as Custas

Judiciais, o Tempo, os Recursos Financeiros e a Aptidão para reconhecer um Direito e propor uma ação ou sua defesa. Torna-se necessário, ao tratar tais obstáculos, conhecê-los mais e entender como agem de maneira mais intensa na vida das pessoas tidas como mais simples.

Pode-se dizer que as Custas Judiciais representam uma das primeiras barreiras a serem transpostas para se ter acesso ao processo, pois a resolução formal de litígios, particularmente nos tribunais, é muito onerosa a ambas as partes. Tal obstáculo converge na possibilidade de as custas processuais prejudicarem o sustento próprio ou da família.

O tempo é uma barreira quando já dentro do embate jurídico, muitos são os casos que levam anos devido à morosidade do judiciário e o grande volume de ações. “Os efeitos da demora, se levado em conta a inflação, pressiona os economicamente fracos a abandonarem suas causas ou aceitarem acordos com valores muito aquém do que lhes eram devidos” (CAPPELLETTI, 1988, p.20).

A questão dos Recursos financeiros se confunde em alguns aspectos com o das custas judiciais, no entanto, essa questão é tratada como um problema existente quando o processo já está em andamento, são os dispêndios econômicos com perícias e obtenção de provas e afins. A paridade de armas não pode ser alcançada quando uma das partes possui maior eficácia ao elaborar e apresentar sua defesa, assim inclusive o princípio da imparcialidade do Juiz fica ameaçado, pois a superioridade na postulação de uma das partes sobre a outra pode ser decisiva quando da decisão por parte do magistrado.

A aptidão para se reconhecer um direito e demandá-lo ou defendê-lo não é um problema exclusivo dos pobres, no entanto, atinge com mais abrangência os despossuídos. Nas palavras de Cappelletti (1988) “existem razões óbvias pelas quais os litígios formais são considerados tão pouco atraentes. Procedimentos complicados, formalismo, ambientes que

intimidam”, deste modo essa barreira se torna maior quanto menor o grau de instrução da pessoa.

Por outro viés José Cichocki Neto (1989) opta por dividir os obstáculos de Acesso à Justiça em limitações Exoprocessuais e limitações Endoprocessuais. As limitações Exoprocessuais são aquelas existentes antes do acesso ao judiciário, enquanto as limitações Endoprocessuais são as referentes a princípios, técnicas e procedimentos dentro do próprio sistema judiciário, não sendo de tanta importância para a análise que é pretendida neste trabalho.

Ao analisar os obstáculos externos ao processo, José Cichocki Neto (1989) salienta que existem restrições de natureza sócio-políticas e de natureza econômico-financeira. Nesse aspecto haverá certa concordância entre autores no que concerne ao assunto, já que tratam da mesma matéria. No entanto, José Cichocki Neto (1989) conceitua um tipo de restrição ao qual a análise se torna importante, o enclausuramento do judiciário.

O enclausuramento do judiciário pode ser entendido como o afastamento do terceiro poder da sociedade, sua incapacidade de se mover e fazer frente diante das exigências sociais contemporâneas, isso se dá, principalmente, pelo exercício de sua função pacificadora, já que isso acarreta um enorme número de demandas.

José Cichocki Neto (1989) ainda afirma que uma atuação mais ampla do judiciário proporcionaria a remoção de muitas das barreiras existentes ao Acesso à Justiça. Destaca ainda que tal problema deva ser resolvido com maior participação da sociedade junto não só ao poder judiciário, como aos demais poderes, com o objetivo de promover a pacificação social.

3.1 A evolução da remoção das barreiras de acesso ao judiciário

Como dito anteriormente, o surgimento de meios de acesso ao judiciário que possibilitassem o atendimento dos mais pobres se confunde com os avanços implementados pelo *Welfare State*. Deste modo o Estado começa a se preocupar com a efetivação dos direitos básicos da população, para tanto se torna necessário efetivar o Direito de Acesso à Justiça, pois por meio do judiciário se defende e reivindica todos os outros direitos.

Cappelletti e Garth (1988) descrevem as soluções tomadas pelo Estado para os problemas do Acesso à Justiça em seu tempo, entre os institutos adotados pelo poder estatal para tal resolução se encontram o Sistema *Judicare* e o Advogado Remunerado pelos Cofres Públicos. Vale notar que esses institutos foram os primeiros utilizados na denominada “batalha contra as barreiras de Acesso à Justiça”. Ressalta-se também que tais institutos evoluíram e atualmente existem na sociedade. Ademais, os dois meios de acesso ao judiciário serão analisados a seguir de forma a mostrar como eram quando de seu surgimento e como são atualmente.

3.2 O Sistema *Judicare* e a Advocacia Dativa.

O Sistema *Judicare* pode ser definido como um modelo por meio do qual é oferecida assistência judiciária a todas as pessoas que preenchem os requisitos estabelecidos em Lei. Portanto, a pessoa que cumpra as exigências poderá solicitar os serviços de um advogado particular e, como única diferença, a nota dos honorários será paga pelo Estado.

Tal sistema surgiu em países como Áustria, Inglaterra, Holanda, França e Alemanha ocidental e representou um enorme avanço, pois os resultados foram impressionantes e ao passar dos anos a assistência foi proporcionada para um número sempre crescente de pessoas.

Por utilizar advogados particulares avulsos e sua utilização estar condicionada ao preenchimento de requisitos estabelecidos em Lei, o sistema sofreu alguns entraves logo do seu início. Alguns deles foram sanados e o sistema tendo sido aperfeiçoado, outros, no entanto, não passíveis de resolução, sendo reconhecidamente problemas inerentes à forma do sistema.

Muitas vezes, devido à simplicidade do usuário, era necessária a orientação jurídica para demonstrar a própria qualificação formal com vistas ao exercício do Direito. Diante deste dissídio o poder público determinou que os usuários pudessem utilizar de uma pequena quantidade de dinheiro, em serviços jurídicos, sem nenhuma autorização formal (CAPPELLETTI, 1988, p.36).

O sucesso do sistema em relação à remoção das barreiras de honorários e custos do processo é indiscutível, no entanto, o Sistema permanece inerte no que concerne ao encorajamento do profissional a ajudar os mais pobres a reconhecerem seus direitos para que possam defendê-los e reivindicá-los. Deste modo, o sistema fica limitado às áreas criminais e de família, pois estas são comuns aos mais pobres.

O fato dos advogados serem avulsos e pagos para o exercício de uma tarefa em específico, representação em juízo de determinada causa, limita a área de atuação e a utilização por parte do usuário. Assim, tal sistema delega, única e exclusivamente, ao necessitado a tarefa de reconhecer a violação de seu direito e procurar auxílio.

Nesse aspecto o sistema só é utilizado quando o usuário se depara com uma situação de extrema urgência ou importância, já que como citado anteriormente, há o fato de os despossuídos se sentirem intimidados diante da perspectiva de comparecerem perante o Poder judiciário e exporem seus problemas, uma vez que o judiciário por si só carrega a imagem de instituição complexa, cheia de formalidades. Assim, o Sistema *Judicare* esbarra não só em barreiras geográficas entre ricos e pobres, como também em culturais e sociológicas (CAPPELLETTI, 1988).

No Brasil o sistema *Judicare* é conhecido como Advocacia Dativa e contém muitas semelhanças para com o surgido originalmente. Quando da ausência de representante técnico de uma das partes o juiz possui a prerrogativa de nomear um defensor que terá seus honorários pagos pelo Estado.

No entanto, a Advocacia Dativa se encontra quase extinta em território brasileiro devido aos avanços e estruturação da Defensoria Pública, sistema esse superior em vários aspectos devido a muitos motivos, alguns dos quais serão expostos mais adiante, no entanto, antes, se faz importante esboçar a atuação das Leis de isenção de custas processuais aos hipossuficientes para melhor compreensão da atuação da Advocacia Dativa em território brasileiro antes da solidificação da Defensoria Pública.

3.2.1 A isenção de custas processuais.

A Lei nº 1.060 de 1950 regulamentou a concessão de isenção de custas processuais até a entrada em Vigor do novo código de Processo Civil, abordando, este, a gratuidade da justiça nos Artigos 98 a 102. A Lei nº 1.060/50 teve papel importante durante sua estada em

vigor, pois estabelecia normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, assim, determinando que os poderes públicos federal e estadual concederão assistência judiciária aos hipossuficientes (Art. 1, Lei nº 1.060/50).

Era apto para o exercício deste direito aquele que a situação econômica não lhe permitia pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família (Art.2,§U, Lei nº 1.060/50). Já no novo Código de Processo Civil a redação foi mudada de forma a fazer maior abrangência, deste modo, a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça (Art.98, Lei nº13.105/15).

Nos termos da Lei nº 13.105/15 passou a vigorar um quadro mais amplo de isenções se levado em conta o Art.3 da Lei nº 1.060/50. Portanto, a gratuidade da Justiça compreenderá:

- I – As taxas ou custas judiciais;
- II – Os selos postais;
- III – As despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;
- IV – A indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;;
- V – as despesas com a realização de exame de código genético – DNA e de outros exames considerados essenciais;
- VI – Os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;

VII – O custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para a instauração da execução;

VIII – Os depósitos previstos em Lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;

IX – Os emolumentos devidos à notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido (Art.98, Lei nº 13.105/15).

Ressalta-se também que a assistência pode ser pedida em qualquer fase do processo, e compreenderá todos os atos processuais até a decisão final do litígio (Art. 99, Lei nº 13.105/15). O Juiz só poderá indeferir o pedido de gratuidade da justiça se houver, nos autos, elementos que evidenciam a falta dos pressupostos legais para a concessão, portanto, presumir-se-á verdadeiras todas as alegações de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural (Art.99, §2 e 3, Lei 13.105/15).

Leis que promovem a gratuidade da Justiça são de extrema importância para o ordenamento jurídico brasileiro, para o Estado de Direito e para a existência da Ampla Defesa e do Contraditório, pois removem as principais barreiras de Acesso à Justiça, praticamente todas de caráter econômico-financeiro, contribuindo enormemente para a defesa e reivindicação dos direitos dos mais pobres.

3.3 O Advogado remunerado pelos cofres públicos e a Defensoria Pública.

O modelo de assistência judiciária de advogados remunerados pelos cofres públicos tem um intuito diverso do sistema *Judicare*. Tal sistema reúne determinado número de advogados, que serão remunerados pelo Estado, e preconiza “escritórios de vizinhança”, estes entendidos como escritórios próximos às comunidades com o objetivo de facilitar o contato e romper com as barreiras de classe.

Esse modelo de assistência se caracteriza pela representação dos mais pobres como classe, ou seja, tentará se especializar nos problemas enfrentados pela comunidade e auxiliar a resolvê-los. É relevante também citar que os Advogados estariam à disposição para simples orientações, não sendo necessária a formalização de pedido por meio da comprovação do preenchimento de requisitos como se exige no Sistema *Judicare*.

Há de se exaltar a superioridade de tal modelo perante o *Judicare*, pois sendo o objetivo principal o atendimento aos hipossuficientes, a especialização nos problemas enfrentados pelos mais pobres, pelos defensores, assim como a aproximação ‘Usuário - Defensor’, proporcionada pelo sistema faz com que o Acesso à Justiça seja muito mais eficaz, em representações judiciais ou orientações extrajudiciais.

O modelo acima tratado é a forma incipiente do que atualmente se conhece, no Brasil, como Defensoria Pública. Várias foram as alterações e evoluções do surgimento do modelo até sua aplicação no presente, no entanto, em sua essência, permanece o mesmo.

A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de

forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do Art.5 da Constituição Federal (LEI COMPLEMENTAR 132, 2009).

A transcrição acima permite compreender a relevância que a Defensoria Pública possui na atualidade brasileira, sua previsão é constitucional e as atribuições de sua alçada são de extrema importância para a efetivação dos direitos mais básicos dos cidadãos.

Em seguida será analisado um modelo de Acesso à Justiça que surgiu devido à necessidade de os cursos jurídicos promoverem uma formação prática e ética de seus alunos, tornando-se popular em muitos locais por repercutir na formação ética dos profissionais da área jurídica, além de ser um meio de efetivar os direitos já reconhecidos da população.

4 O NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS (NUPRAJUR) COMO MEIO DE ACESSO À JUSTIÇA.

Em 1994 o estágio de prática jurídica passou a integrar o currículo e a ser condição para a obtenção do grau de bacharel em direito, por força da Portaria n.1.886 do Ministério da Educação e do Desporto que fixou as diretrizes curriculares e o conteúdo a ser abrangido pelos cursos jurídicos. Assim, em seu Art.10 a Portaria determina os aspectos gerais do estágio de prática jurídica, bem como traz os modelos de Núcleos de Práticas Jurídicas possíveis, como se pode visualizar, *in verbis*:

Art.10. O estágio de prática jurídica, supervisionado pela instituição de ensino superior, será obrigatório e integrante do currículo pleno, em um total mínimo de 300 horas de atividades práticas simuladas e

reais desenvolvidas pelo aluno sob controle e orientação do núcleo correspondente.

§1. O Núcleo de Práticas jurídica, coordenado por professores do curso, disporá de instalações adequadas para treinamento das atividades profissionais de advocacia, magistratura, ministério público, demais profissões jurídicas e para atendimento ao público.

§2. As atividades de prática jurídica poderão ser complementadas mediante convênios com a Defensoria Pública e outras entidades públicas, judiciárias, empresárias, comunitárias e sindicais que possibilitem a participação dos alunos na prestação de serviços jurídicos e na assistência jurídica, ou em juizados especiais que venham a ser instalados nas dependências da própria instituição de ensino superior.

Em vista do exposto o estudante de direito terá acesso a vários tipos de atividades que lhe propiciarão melhor formação profissional, uma vez que manterá contato com as realidades dos assistidos juridicamente, o que, de acordo com Patrícia Martínez (2014) irá trazer reflexos positivos na formação ética, pois possibilitará reflexão crítica das verdades que lhes serão expostas, quando superada a fase de estranhamento e do choque das realidades. Como reflexo indireto de tal modelo de ensino a sociedade se beneficia de mais um instrumento de Acesso à Justiça, certo que uma das possibilidades de atuação do NUPRAJUR é o atendimento da população carente na defesa de seus direitos.

Relevante citar que a formação ética e profissional dos futuros agentes que exercerão o direito também pode ser uma arma eficaz no que concerne à realização de princípios constitucionais, pois este profissional será o mesmo que exerce a defesa, reivindicação e efetivação dos direitos em geral da população, sendo uma atuação ética por parte do mesmo indispensável.

4.1 O Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPRAJUR) da Universidade Católica Dom Bosco, seu papel na efetivação do acesso à justiça e sua contribuição para o Desenvolvimento Local.

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPRAJUR) da Universidade Católica Dom Bosco teve seu início com a fundação da assistência Jurídica Dom Bosco por volta de 1975. A assistência jurídica Dom Bosco tinha o intuito de atender juridicamente aqueles que eram hipossuficientes nos termos da Lei, atendendo assim os postulados da Doutrina Social da Igreja.

No decorrer de sua história a Assistência Jurídica desenvolvida pela Universidade Católica Dom Bosco, naquela época ainda como Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT) atendeu em vários locais, entre eles o Fórum de Campo Grande, e fez, inclusive, parcerias com a Defensoria Pública. Em Novembro de 1994 foi editada a Portaria n. 1886 que previa a obrigatoriedade do estágio prático nos cursos jurídicos, deste modo a Assistência Jurídica Dom Bosco se transfere para o Campus da Universidade e assim tem início o NUPRAJUR.

Atualmente o NUPRAJUR continua desenvolvendo o trabalho do estágio prático de modo a proporcionar o Acesso à Justiça da comunidade hipossuficiente de Campo Grande. Nessa perspectiva, os alunos a partir do quinto semestre passam a frequentar o Núcleo para os estágios práticos de Direito Penal e Direito Civil, no entanto, o contato para com o público na assistência só começa a partir do sétimo semestre estendendo-se até o final do curso. O regulamento interno do NUPRAJUR estabelece que o mesmo será formado pela Assistência Jurídica Dom Bosco e os Cartórios Jurídicos, sendo estes setores de funções distintas, faz-se relevante explicá-los:

1. A Assistência Jurídica é o setor no qual se concentram as atividades Jurídicas, atendimento de clientes pelos acadêmicos e a definição de qual assistência será prestada ao cliente, judicial ou Extrajudicial, civil ou penal.
2. O Cartório Jurídico tem como principal finalidade o auxílio ao acadêmico e Professor no ensino prático do direito, assim servirá de material para as pesquisas científicas realizadas pelos acadêmicos. Nesse aspecto o cartório é o local no qual são realizadas atividades de prática simulada.

O atendimento ao Público, no NUPRAJUR, é totalmente gratuito, conforme preceitua o regimento interno em seu Art. 23: “É proibida cobrança de honorários e recebimento de benefícios a qualquer título”. Assim o cliente quando da procura do atendimento é encaminhado ao Setor de Assistência Social, responsável pela formação prática dos acadêmicos de Assistência Social da Universidade.

No Setor de Assistência Social o cliente é atendido pela equipe que analisa sua situação econômico-financeira para comprovação de sua hipossuficiência. Ressalta-se que tal atendimento ocorre para todos os Serviços prestados pelo Complexo de Clínicas da Universidade, complexo este que abrange atendimento fisioterapêutico, psicológico e nutricionista, entre outros.

Pertinente expor que os critérios utilizados para a triagem não são absolutos, procurando sempre se fixar na situação atual do indivíduo. Há, no entanto, a determinação de que o patrimônio envolvido na demanda não ultrapasse R\$100.000,00 (Cem mil reais).

Após o retorno do Setor de Assistência Social o cliente é encaminhado para um professor/orientador que esteja ministrando o estágio supervisionado no momento, que fará a nomeação de um aluno para o atendimento enquanto os demais farão pesquisas a respeito do assunto, estando assim todos os alunos envolvidos. Quando terminado o atendimento, os acadêmicos, munidos de todas as informações necessárias, terão quinze dias para a proposição

de solução e elaboração das peças processuais que serão encaminhadas ao poder judiciário após correções.

Em visita para observação realizada no NUPRAJUR fora questionado se existe diferença entre as pessoas atendidas pela Assistência Jurídica Dom Bosco e a Defensoria Pública, e caso existissem, quais seriam. Tal indagação foi feita de modo a questionar se o Núcleo de Práticas Jurídicas atua de forma a auxiliar o trabalho da Defensoria, como outro gargalo, ou se absorve demandas completamente diferentes. A Assistência Jurídica Dom Bosco atende aqueles taxados por hipossuficientes na forma da Lei, ou seja, os mesmos critérios utilizados para determinar quem será atendido na Defensoria Pública ou beneficiado pela Isenção de custas processuais.

A principal diferença que pode ocorrer na absorção de demanda por prestação jurisdicional gratuita entre Defensoria Pública e o NUPRAJUR são os funcionários da Universidade e a população que reside próximo à Instituição de ensino, optando estes pela praticidade proporcionada pela proximidade. Ademais, o NUPRAJUR atende públicos equivalentes ao da Defensoria Pública, atuando, portanto, em conjunto para com esta. Nesse aspecto foi questionado por qual motivo pessoas, que não trabalham na Universidade e não residem nas proximidades, optam pela Assistência prestada pelo Núcleo de Práticas Jurídicas Dom Bosco ao invés de se dirigirem à Defensoria Pública. Tal pergunta pode ser respondida pela notoriedade conquistada pela Assistência Jurídica Dom Bosco por seus serviços desde 1975, conforme citado anteriormente.

Durante estágio de formação profissional no Patronato Penitenciário de Campo Grande, órgão responsável pela fiscalização da progressão de Regime na Capital, em atividades de orientação foi perguntado a um interno que acabara de progredir de regime, se o mesmo possuía Advogado constituído, cuja resposta foi negativa. Devido a isso, o mesmo foi

orientado a se dirigir à Defensoria Pública para receber melhores orientações a respeito dos seus direitos. Diante disso o interno indagou: “mas não posso ir à UCDB?”, referindo-se ao NUPRAJUR. Importante ressaltar que diversos outros casos de detentos hipossuficientes foram identificados, como sendo da assistência Jurídica prestada pelo NUPRAJUR.

Importante ressaltar que a atuação na área penal não é a responsável pelo maior número de ações no que concerne ao trabalho do núcleo de práticas jurídicas. A área Cível é a responsável pela ampla maioria das demandas do NUPRAJUR, sobressaindo o Direito de Família. Entre as demandas mais numerosas se encontram Execução de Alimentos, Divórcio consensual e litigioso, inventário e Usucapião.

Nesses termos se torna indiscutível a contribuição do Núcleo de Práticas Jurídicas para o desenvolvimento local, constituindo um meio alternativo de Acesso à Justiça às pessoas mais pobres. Pertinente abordar também que durante a pesquisa foi constatado que todo o Complexo de Clínicas Escolas da Universidade Católica Dom Bosco desenvolvem trabalhos de relevante importância social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se aborda o tema da inadimplência do Poder Público no que concerne à efetivação do Direito ao Acesso à Justiça, previsto Constitucionalmente, é impossível não se deparar com a ideia de que este princípio é o que possibilita a defesa e reivindicação de todos os outros direitos. No entanto, percebe-se que o problema de Acesso à Justiça atualmente está muito mais atrelado ao fato de as pessoas não terem conhecimento dos seus direitos para saberem quando podem reivindicá-lo ou quando estão sendo violados. Nesse aspecto a

barreira do Acesso à Justiça ainda é a referente ao reconhecimento do direito, ficando as demandas concentradas em certas áreas.

A barreira do reconhecimento dos direitos pode ser transposta por meio da educação da população como meio de maior proximidade entre o Judiciário e povo. Os problemas elencados pela primeira onda de Acesso à Justiça ainda não foram totalmente resolvidos mesmo com a evolução e o surgimento de vários meios que possibilitam o Acesso ao Judiciário aos mais pobres.

Nos termos aqui postos pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido pelo NUPRAJUR é de extrema importância, pois está próximo a uma comunidade com população expressiva, ou seja, há um Escritório de Vizinhança à disposição daquela comunidade. Há de se ressaltar também que o NUPRAJUR desenvolve um trabalho com objetivo duplo, qual seja a formação plena de seus acadêmicos e o Acesso à Justiça.

Importante frisar também que ao propiciar proximidade do acadêmico com a realidade social está colaborando para que o futuro profissional tenha base sólida em sua formação, ele tem a possibilidade de desenvolver a percepção do *munus publicum* que é atribuído a sua profissão. Em síntese o NUPRAJUR desempenha um papel de extrema relevância na formação ética e no Acesso à Justiça de populações mais carentes de recursos financeiros.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988

_____. **Lei complementar 80, de 12 de janeiro de 1994.** Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados.

_____. **Lei n.1.060, de 5 de fevereiro de 1950.** Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

_____. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça.** Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1988.

CICHOCKI NETO, José. **Limitações ao acesso à justiça.** Curitiba: Juruá, 1998.

MARQUES, Heitor Romero *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico.** 5.ed. Campo Grande: UCDB, 2015.

MARTINEZ, Patrícia Almeida. **A ética na formação jurídica e o acesso a justiça.** São Paulo: Uninove, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Poder constituinte e poder popular:** estudos sobre a Constituição. São Paulo: Malheiros, 2007.

UCDB. Portaria n. 005/96 da Reitoria.

Igreja Conventual São Francisco de Assis: Arquitetura sagrada em Campo Grande - MS

Igreja Conventual São Francisco de Assis: Sacred architecture in Campo Grande – MS

Denise Engleitner²

Maria Augusta de Castilho³

Mariel Guerreiro da Fonseca Martins⁴

Recebido em 03/02/2017; aceito em 20/06/2017

Resumo - O estudo sobre o tema pautou-se pelo método dedutivo, com pesquisas bibliográficas, coleta de dados junto à paróquia e em obras relacionadas ao processo de resgate da memória e da história deste patrimônio cultural de Campo Grande, MS. A construção da Igreja São Francisco de Assis em Campo Grande, no bairro outrora chamado Cascudo, construída entre os anos de 1950 e 1956 por freis missionários alemães da ordem franciscana, apresenta uma arquitetura colonial brasileira inspirada nas Igrejas européias barrocas. A iconografia da edificação mostra o padroeiro representado nos vitrais, nas imagens do altar e no alto da torre. A arquitetura imponente auxiliou no desenvolvimento do bairro, que teve seu nome alterado para Bairro São Francisco logo após a inauguração da Igreja. Os franciscanos iniciaram além da catequização dos fiéis do local, a promoção na qualidade de vida dessas pessoas por meio de inúmeras ações sociais gerando uma significativa transformação social.

Palavras-chave: Arquitetura; Bairro São Francisco; Comunidade Local.

Abstract - The construction of the Church of St. Francis of Assisi in Campo Grande, in the district formerly called Cascudo, built between 1950 and 1956 by German missionaries of the Franciscan order, presents a Brazilian colonial architecture inspired by the European Baroque churches. The iconography of the building shows the patron saint depicted in the stained glass windows, in the altar images and at the top of the tower. The imposing architecture helped in the development of the neighborhood, which had its name changed to Bairro São Francisco soon after the inauguration of the Church. The Franciscans began beyond the catechization of the local faithful, promoting the quality of life of these people through numerous social actions generating a significant social transformation. The method used in the work was the deductive, with bibliographical research, collection of data from the parish and in works related to the memory retrieval process and the history of this cultural patrimony of Campo Grande, MS.

Key words: Architecture. District of San Francisco. Local Community.

² Engenheira Civil. Professora do Curso de Engenharia da Universidade Católica Dom Bosco e mestranda no Programa de Pós-graduação - em Desenvolvimento Local - Mestrado/Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Email: engenharia_ms@terra.com.br.

³ Doutorado em História Social. Professora no Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado/Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. E-mail: maugusta@ucdb.br.

⁴ Engenheira Civil. Professora do Curso de Engenharia da Universidade Católica Dom Bosco e mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado/Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Email: mariel_isa@hotmail.com.

Introdução

Por meio do estudo da história da ação missionariana no Brasil, promovida pela Igreja Católica da Alemanha nos anos que antecederam a 2ª Guerra Mundial e após a guerra, buscou-se resgatar o movimento que determinou o crescimento de várias cidades brasileiras, especialmente as do interior, que de alguma forma exerciam influência ao seu redor, seja pela localização, população ou comércio. Na expectativa de enviar seus freis e padres que na Europa corriam grande risco pela Política Comunista que tomava conta de grandes países europeus, nos anos que antecederam a guerra e pós guerra, o Brasil recebe vários padres e freis vindos especialmente da Alemanha, que se instalaram basicamente na região do antigo Estado do Mato Grosso e Goiás. Com a finalidade de orientar e catequizar a população que em sua maioria era de católicos não praticantes, distantes dos sacramentos, normalmente em razão da falta de padres no interior dos estados, a Igreja passou a fazer parte das cidades como um pólo de desenvolvimento. Assim, junto aos padres letrados, normalmente cultos e com uma estrutura que combinava obras de arquitetura modesta, porém harmoniosas ou espaços com requintes acima do usual, implantavam ações que incluíam desde estudos bíblicos, a catequese, auxílio às famílias necessitadas via programas sociais com a participação da comunidade local. Toda esta presença no cotidiano das pessoas da comunidade local acabou por deflagrar novos hábitos, novas perspectivas de vida, praticamente novas formas de viver e de se pensar o futuro dos filhos, amigos, enfim, de todos que de alguma maneira seriam afetados.

Pretende-se com esta pesquisa demonstrar como a presença da Igreja e seus movimentos atingiu-se o tão almejado desenvolvimento local, criando o sentimento de bem querer no bairro, da valorização da cidade, gerando comunidades participativas, incluídas no processo, imbuídas de um sentimento natural de pertença. O significado da Igreja Conventual

São Francisco que é objeto deste estudo, adquire então uma dimensão muito além da religiosa, mas especialmente social, responsável pelo desenvolvimento do Bairro São Francisco na cidade de Campo Grande-MS.

1 Aspectos históricos do trabalho missionário da Igreja em Campo Grande

Knob (1988) relata que em 1875, José Antônio Pereira, mineiro da cidade de Monte Alegre, funda a atual cidade de Campo Grande, na época um povoado, denominando-o Santo Antônio de Campo Grande para cumprir a promessa que fizera ao Santo do mesmo nome para que protegesse sua família de uma epidemia de febre maligna que na época atingira a população de Santana do Paranaíba, por onde cruzavam, e aonde decidira ficar para auxiliar a combater a doença. Sendo atendido, entre 1876 e 1877, construiu uma igrejinha de pau a pique no novo povoado. A seu pedido, em 1878, o Padre Júlião Urquia de Nioaque benzeu a igreja e celebrou a primeira missa. A visita de um Bispo aconteceu somente em 1866, com a vinda de um Bispo de Cuiabá. Em 26 de agosto de 1889, o povoado foi declarado vila e município. Em 1918, foi outorgada à vila de Santo Antônio de Campo Grande, foros de cidade. No dia 26 de agosto de 1918 foi criada a Paróquia de Santo Antônio. Em 1924, os padres salesianos assumiram a paróquia de Santo Antônio.

Em 1936, segundo Elsing (1987), a Província Franciscana de Santa Isabel da Turíngia, na Alemanha, decide começar um trabalho missionário no Brasil. A Província já tinha a Missão de Hokkaido no Japão. Em janeiro de 1937, a Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil, cede o Estado do Mato Grosso para a atividade missionária de Turíngia. Em 1938, chegam os primeiros missionários alemães, chefiados por Frei Eucário Schmitt. A cidade de Rio Brillhante era pertencente à Diocese de Corumbá e a de Rosário do Oeste à Diocese de Cuiabá. Foram nestes municípios instaladas as primeiras paróquias dessa missão.

Com a iminência da 2ª guerra e a perseguição do Regime Nazista à Igreja, foram enviados muitos outros frades para o Comissariado do Mato Grosso, não só pelo trabalho missionário, mas pelo desejo de protegê-los. Muitas outras paróquias foram assumidas em várias cidades do Mato Grosso e também do Estado de Goiás. Conforme relata Knob (1988), o padre comissário Frei Eucário Schmitt, desde a chegada ao Mato Grosso achou necessário manter uma casa central em Campo Grande, pela importância viária e comercial da cidade. Na época já havia cerca de 5000 japoneses na cidade e, não havendo paróquia à disposição do Frei Eucário, foi solicitado ao Comissariado do Japão, missionários para atender a colônia japonesa. Em 1941 chegaram três missionários do Japão em Campo Grande, que, reunidos no dia 15 de setembro do mesmo ano com Frei Eucário organizam a Missão Japonesa em Campo Grande. Foi adquirida uma casa à rua Antônio Maria Coelho como ponto de reunião, porém com o início da guerra e o rompimento das relações com a Alemanha e o Japão, o trabalho da missão japonesa foi interrompido.

Ainda segundo Knob (1988), para estabilizar a missão franciscana em Campo Grande, em 1944, Frei Eucário novamente tenta conseguir uma paróquia na cidade. É oferecido pelo então Bispo da Diocese em Corumbá, Dom Vicente Priante, o Bairro Cascudo para tal, porém os frades locais não foram receptivos ao local e a ideia foi adiada. Em 1946, a sede do Comissariado volta para Campo Grande, recebendo vários frades do interior, pensando-se novamente na necessidade de uma paróquia, então, finalmente em 1948, com a posse do novo Bispo na Diocese de Corumbá, substituto de Dom Vicente que havia falecido em 1946, Dom Orlando Chaves, volta a falar da tão almejada paróquia franciscana e sobre a construção de um seminário diocesano. Finalmente em 1949, Frei Eucário Schmitt adquire uma chácara no Bairro Cascudo e a construção de um convento começa a ser realizada, próxima à paróquia existia uma casa que servia como um ponto de apoio para a construção.

2 A construção da Igreja-Conventual São Francisco

Para a elaboração do projeto e execução da obra, o Frei Eucário Schmitt convoca o Frei Valfrido Stahle, engenheiro e arquiteto, e solicita que o projeto seja inspirado na arquitetura do Convento Franciscano de Pari em São Paulo. A arquitetura do Convento de Pari, em estilo Colonial Brasileiro, é originária do Estilo Barroco, largamente utilizada pelas Igrejas Católicas Europeias que impressionam pela beleza e riqueza de detalhes nas fachadas e interiores. Segundo Oliveira (2004), templos religiosos com estilos tradicionais como o barroco, provocam ao visitante a sensação de estar no reino do bem e do belo. O estilo barroco colonial reproduz os arcos sobre as portas e vãos, os detalhes arredondados, a nave central com o balcão sobre colunas, a torre única lateral com a cruz e o sino, os adornos de madeira no teto, os vitrais nas fachadas, os pisos trabalhados, conforme a originária Arquitetura Barroca, porém com sutileza nos detalhes e simplicidade nas formas.

Em fins de 1950, tem início a construção. No jornal, Informativo Especial, Missão Franciscana do MT e MS (2008), há relatos da chegada dos freis para auxiliar a construção. De acordo com o Informativo foram convocados o frei Proto Schur, pedreiro e o frei Luis Kunkel, marceneiro e pintor, para auxiliar o Frei Valfrido, bem como os paroquianos e outros frades da paróquia. A fundação mais utilizada na época sobre os solos bons, rochosos, como o encontrado no Bairro, era do tipo direta, sendo alicerces de pedras e concreto dentro de valas escavadas (Figura 1).

Figura 1 - Fundação da Igreja - Freis trabalhando na edificação.



Fonte: Jornal Informativo Especial (2008)

As paredes de tijolos cerâmicos maciços, extremamente largos, configuram o sistema estrutural do tipo Alvenaria Estrutural, utilizando-se de argamassa para o assentamento dos tijolos. O revestimento das paredes em argamassa foi executado após a inauguração em 1956. Porém, já no ano de 1955 a igreja era utilizada como paróquia. A maior parte dos materiais chegava transportada por trens vindos de São Paulo. Os adornos de madeira no teto, bem como a estrutura da cobertura, móveis e detalhes no altar foram confeccionados pelo Frei Luis Kunkel. Os vitrais vieram de São Paulo, e segundo registros da paróquia do informativo especial em comemoração aos 70 anos da presença Franciscana em MS (2008), foram doados por amigos do Frei Valfrido, alguns de origem alemã. Estão representadas nos vitrais das laterais da Igreja, cenas da vida de São Francisco e nos vitrais do altar, o sacramento da Eucaristia. Na entrada da Igreja sobre a porta principal, o balcão-mezanino apoiado sobre colunas era um espaço reservado aos frades do convento para participar das missas de forma discreta, pois tem comunicação direta com o convento, conferindo privacidade aos mesmos.

Ao se observar *in loco* o interior da Igreja, no centro do altar, contempla-se a imagem de São Francisco estendendo a mão direita com os estigmas em direção ao Jesus Cristo Crucificado. Nas paredes laterais quadros de madeira, escultura e gesso representam a Via Sacra. No centro das laterais da nave central encontram-se duas capelinhas, oratórios, comuns às Igrejas Barrocas. O convento, extensão lateral da Igreja, acompanha o mesmo estilo arquitetônico harmonizando o conjunto, repetindo as formas arredondadas das janelas, as colunas e arcos nos vãos das varandas do pátio interno, com a madeira presente nos adornos e portas.

Antes do Natal de 1955, conforme Knob (1988), a comunidade franciscana pôde mudar-se para o novo convento, embora faltasse ainda o acabamento. A Missa do Galo do Natal foi celebrada pela primeira vez na nova igreja matriz. No ano seguinte, na festa de Santo Antônio foi colocada a pedra final na torre da Igreja pelo seu construtor Frei Valfrido e pelo pedreiro Frei Proto, havendo a solenidade do coroamento e benção da cúpula da Igreja. No dia 30 de dezembro deste mesmo ano o bispo auxiliar de Corumbá, D. Ladislau Paz, benzeu os três sinos, sendo o maior de S. Francisco denominado o Sino da Paz, o segundo de S. Antônio denominado o Sino da Proteção e o menor, da Imaculada Conceição, o Sino da Graça. Na noite da passagem do ano de 1956, os fiéis foram chamados pela primeira vez para a missa. Nos anos que se seguiram ainda continuaram as obras de acabamento do convento.

A expectativa do conjunto foi plenamente atendida, semelhante ao Convento de Pari, o resultado é a representação harmoniosa e singela da Igreja Conventual tão desejada de arquitetura colonial. O salão paroquial, anexo, ao lado esquerdo foi construído somente em 1964 (KNOB, 1988).

3 A comunidade local e a promoção social dos fiéis

O Bairro Cascudo, local onde foi construída a Paróquia São Francisco era um dos mais pobres de Campo Grande, localizado na periferia da cidade, formava um reduto de pessoas que vinham de fora à procura de oportunidades de trabalho. Não havendo na época indústrias de porte, na maioria dos casos a falta de emprego gerava uma população inconstante, flutuante. Não bastasse isto, existia no local uma concentração de pessoas de má índole, que normalmente vinham para a cidade se esconder e viver de delitos cometidos. O nome “Cascudo”, conforme citação de Paulo Coelho Machado, em artigo do Correio do Estado (1987), refere-se ao nome de um peixe pescado no córrego Segredo, que era servido com farinha de mandioca por um proprietário de uma casa que hospedava velhos bandidos e os refugiava. Além do exposto, a ignorância e indiferença religiosa eram correntes. Por tudo isto, o Bairro era mal visto, marginalizado, o que praticamente excluía seus moradores da sociedade da época. Os próprios freis haviam rejeitado por pelo menos duas vezes o local para assentar a paróquia (KNOB, 1988).

Finalmente, em 1949, com a aceitação do local para a construção de uma Igreja e um Convento, veio a decisão de ali criar a nova Paróquia de São Francisco de Assis, assim, os Franciscanos fundam a nova paróquia na casa comprada junto com a chácara, próxima, portanto à construção. Foi alugada a casa que ficava em frente à construção para que além dos frades, houvesse um local para os pedreiros, com uma capela e cozinha. No dia 8 de fevereiro de 1950, houve a grande mudança dos frades para esta casa, localizada no Bairro do Cascudo (KNOB, 1988). Vivendo e convivendo com uma comunidade de perspectivas tão sombrias, os Franciscanos sentem a necessidade de ajudar os fiéis, logo iniciam um trabalho pastoral de proporção muito além do espiritual, via assistência religiosa, fundando escolas e instituindo ações sociais franciscanas. A catequese, a assistência aos enfermos, as festas religiosas,

quermesses e os convites frequentes para as funções na Igreja, atraíam a comunidade antes desamparada, discriminada e abandonada. Havia um empenho junto ao trabalho pastoral pela promoção humana do povo. Já em 1950, Frei Eucário é nomeado o primeiro pároco, tomando posse no dia 8 de dezembro de 1950, após uma reforma no salão da casa adquirida para servir de paróquia provisória, inicia-se assim os trabalhos junto à Comunidade Local, no final de janeiro de 1951. A Igreja provisória servia também de escola (Figura 2) e todos os domingos havia catequese para as crianças na Igreja (FREI ELSING, 1987).

Figura 2 - Fachada frontal da Igreja que servia também de escola e aos domingos havia catequese



Fonte: Arquivo da Paróquia (s/d).

Na inauguração da Igreja Conventual, o Bairro Cascudo passa a se chamar Bairro São Francisco, reflexo já das mudanças provocadas pelas atividades no local. Com uma linda Igreja Convento, atividades religiosas e educacionais, a comunidade fortalecida passa a ter participação em cada ação promovida pelos fiéis, ocupando uma nova posição na sociedade do município. Com a fundação de outras escolas paroquiais pelas irmãs Catequistas Franciscanas que chegaram a Campo Grande em 1956 e várias associações religiosas

fundadas na época, o trabalho missionário toma proporções maiores com a construção de pelo menos três hospitais no Estado: em Chapada dos Guimarães, Rosário do Oeste e Caarapó. Em 1957, foi criado o Ambulatório Santa Isabel da Ação Social Franciscana, que atendia pobres e doentes, com atendimentos médicos, leite em pó e víveres. Também a Ação Social auxiliava no pagamento das mensalidades das crianças que frequentavam a Escola Paroquial S. Francisco. Os relatos de Elsing (1987) indicam que em 1961 havia pelo menos 52 obras assistenciais fundadas por iniciativa dos Franciscanos, entre escolas, ginásios, seminários, hospitais e entidades assistenciais.

O desenvolvimento local tem como núcleo conceitual, o desabrochamento de uma comunidade, que rompendo as amarras do seu modo de vida atual, emergem, mostrando capacidades e habilidades de uma comunidade definida, com interesses comuns, que mediante a colaboração de agentes externos e internos, conseguem resgatar a cultura da solidariedade em seu meio, bem como aos poucos tomar as rédeas da sua vida, aproveitando seus próprios potenciais para a busca de soluções para seus problemas, suas necessidades e aspirações. A solidariedade é comparada a medula espinhal do desenvolvimento local, se não houver envolvimento e cooperação solidária, o desenvolvimento local se reduz a uma mera nomenclatura (ÁVILA, 2006).

O lugar em si mesmo é suporte para o ser humano existir, ou seja, morar, circular, amar. O lugar é o plano do vivido, desde que possibilite o encontro coletivo e relações de afetividade. O ser humano acaba identificando-se com o lugar vivido, como materialidade impregnada de valores, o que ganha significado nas relações no dia a dia. Assim, a ordem interna construída no local acaba por construir a identidade. É por meio dela que o ser humano se comunica com o resto do mundo. O conteúdo do lugar oferece condições para o acontecer e que a consciência do que foi construído gera mudanças capazes de garantir a integridade coletiva (INFORMATIVO FRANCISCANO, 2000).

Castilho e Mitidiero (2011) propõem que os lugares se diferenciam por conta das características geradas a partir das práticas dos indivíduos sobre uma base territorial. Este lugar carregado pelos sentimentos dos atores promove um sentimento de propriedade, gerando força, impulsionando e despertando a comunidade para seu desenvolvimento. Toda esta construção vai gerando o sentimento de pertença ao local, já que o lugar passa a ter significado especial para estas pessoas. Ainda segundo a autora acima citada, a concepção do território é uma reordenação do espaço atribuída a grupos sociais que se organizam e se relacionam sob a orientação de um agente principal.

Max Weber (1987) chama de comunidade a uma relação social, e que a orientação da ação social baseia-se em um sentido de solidariedade, que advém das ligações emocionais ou tradicionais dos participantes. Este mesmo autor também afirma que a relação social de sociedade é o resultado de uma reconciliação e de equilíbrio de interesses, motivados por juízos racionais, de valores ou fins.

Tuan (1980) assinala que a palavra topofilia torna-se útil quando é definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Pode se revelar através da estética, do sentido tátil, porém, mais permanentes são os sentimentos que se tem para com o lugar, o lar. As pessoas investem parte de sua vida emocional em seu lar.

Todas estas reflexões permitem afirmar, que os Freis Franciscanos, da paróquia São Francisco em Campo Grande são os agentes locais que permitiram que a comunidade outrora identificada como “moradores do Cascudo”, antes um simples local, onde cada qual vivia a mercê do acaso, já em 1956 começa a se transformar em verdadeira comunidade a partir de uma nova identidade, imbuída de sentimentos de solidariedade e pertencimento. Os atores se transformam em agentes, cada qual ciente das próprias habilidades, muito mais evidenciadas pela apropriação do legado das práticas e ensinamentos franciscanos.

Knob (1988) ressalta que na intenção de atrair fiéis, a paróquia também investia na comunicação de massa, quando em 1964 promove o programa semanal na Rádio Educação Rural, denominado Momento de Prece e em 1966, na TV Morena, os Momentos de Paz, programa oferecido diariamente às 6 horas da tarde. Em 1965, com as santas missões instituídas pelos padres redentoristas em todas as paróquias de Campo Grande, a paróquia sob a organização do Padre Francisco Viana com a ajuda da Irmã Marina, das irmãs de Jesus Cristo, junto com os elementos ativos da paróquia, se organizam em setores de propaganda, visitas domiciliares para levantamento religioso e para a reza do terço. Várias famílias foram visitadas, houve grande participação dos leigos o que culminou no sucesso da Missão. Após a Missão, a Irmã Marina, aceitou ser a assistente social da Ação Social Franciscana, controlando a distribuição de víveres, dando aulas de higiene, realizando visitas às famílias necessitadas. Mais tarde este serviço ficou aos cuidados dos Vicentinos. Após o Concílio Vaticano II (1965), vários movimentos de leigos foram fundados na paróquia, tais como: o Movimento Familiar Cristão, Peregrinação de Leigos Cristãos (PLC), Comunidades Neocatecumenais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimentos dos jovens, sendo que as associações existentes continuaram como Legião de Maria, Apostolado da Oração, Vicentinos. A pastoral paroquiana foi dividida por equipes, nos seguintes setores: vocações, catequistas, dízimo, promoção e salão, ministros extraordinários da eucaristia, rádio, pré-pós cursilho, liturgia e batismo.

Ainda segundo Knob (1988), o objetivo era cada vez mais se aproximar das pessoas, especialmente as necessitadas. Em 1972 foi fundada na paróquia por um casal de leigos, a entidade dos Alcoólicos Anônimos (AA e Al-Anon) para seus familiares e em 1974 a Neuróticos Anônimos (NA) que funcionavam no Salão Paroquial com ramificações em todo o Estado.

Atualmente, a Paróquia (Figura 3) além dos sacramentos do Batismo e Matrimônio, promove atividades de Adoração ao Santíssimo, Liturgia, Catequese, Terço dos Homens, Encontro de Casais com Cristo (ECCs), Coral, Legião de Maria, Ordem Franciscana Secular (OFS) e Caminho Neocatecumenal.

Figura 3 - Vista da Igreja São Francisco.



Foto: Rosa (2010).

Torna-se, necessário compatibilizar o desenvolvimento com as ações sagradas e, para isso, deve voltar os olhos para as pessoas que vivem o seu dia-a-dia em comunidade de forma solidária.

Considerações finais

Não há como se reportar ao Bairro São Francisco, sem invocar a Paróquia São Francisco, cujo funcionamento permanece no mesmo local ao qual foi acrescentado um escritório ao lado para as funções administrativas da Paróquia. A Igreja Convento, de arquitetura colonial nos remete ao belo. O local antes distante do centro, hoje é o próprio

centro, cercado de comércio e serviços por todos os lados, o que ressalta a beleza do conjunto arquitetônico. Percebe-se a modernidade ao redor quando torna-se quase impossível entrar no estacionamento privado em frente a própria Igreja devido ao movimento dos carros na rua, bem como ao avistar-se na lateral direita duas torres de prédio de apartamentos construídos logo ao lado.

O Bairro cresceu ao redor da Igreja, como um filho que necessita da Mãe ao lado para existir, tal ligação de mãe e filho, foi incorporada pela Igreja São Francisco que está ligada aos seus filhos, quer por razões espirituais quer por motivos de necessidade de amparo social, mas principalmente porque esta comunidade, hoje é franciscana não só geograficamente, mas principalmente na certeza do “pertencer”, do “fazer parte importante”. Com várias frentes de assistência religiosa e social, contando com o auxílio de leigos pertencentes a comunidade local, o conceito de desenvolvimento local é a própria representação do que se visualiza.

De acordo com o Frei alemão Hugo Lang (2016), que está na Paróquia desde 1958, a população do bairro participava de eventos organizados pela comunidade auxiliando a construção da Igreja, por meio de festas e outras atividades. Na atualidade identificou-se uma transformação do local que, gradativamente passou a ser referência no bairro São Francisco e por todo o município de Campo Grande.

Referências

ÁVILA, Vicente Fidélis de. *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral: Edições UVA, 2006.

CASTILHO, Maria Augusta; MITIDIERO, Marilda Batista. *O Museu José Antônio Pereira no ensino da história: Patrimônio, Identidade e Desenvolvimento Local no Contexto da Territorialidade*. Campo Grande: Gráfica Mundial, 2011.

ELSING, Frei Jorge. *50 Anos de Missão Franciscana em Campo Grande: s/Edição*, 1987.

FREI Hugo Lang. *Depoimento informal* realizado em 05 de agosto de 2016, no pátio da Igreja São Francisco.

INFORMATIVO ESPECIAL. *Missão Franciscana de MT e MS*. Campo Grande, MS, ano 2008, p. 16, out. 2008.

KNOB, O.F.M. *A Missão Franciscana do Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Loyola, 1988.

MACHADO, Paulo Coelho. Bairro Cascudo. *Jornal Correio do Estado*. Campo Grande - MS, 1987.

OLIVEIRA, C. M. S. *Discursos e representações: uma análise dos sistemas simbólicos do poder através do barroco na Paraíba*. In: CONGRESSO VIRTUAL DE ANTROPOLOGIA Y ARQUEOLOGIA, 4, 2004. Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <www.aya.org.ar/congreso2004/ponencias/carlamarysoliveira>. Acesso em: 15 jan. 2006.

ROSA, Ari Lopes. *Igreja São Francisco de Assis*. 17 outubro 2010. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/arilopes/5089608649/>> Acesso em: 17 nov. 2016.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio-ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Moraes Ltda, 1987.

A representação da mulher no horário gratuito de propaganda eleitoral nas eleições estaduais de Mato Grosso do Sul em 1998.

The representation of women in the free hour of electoral propaganda in the state elections of Mato Grosso do Sul in 1998.

Suellen Cerqueira da Anunciação de Souza⁵

Recebido em 06/03/2017; aceito em 20/06/2017

Resumo: Atentando ao fato de que a propaganda política auxilia os pretendentes ao posto de representantes populares a convencer eleitores e eleitoras da sua capacidade para representá-los nas esferas políticas, buscamos analisar os vídeos de campanha exibidos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) dos candidatos a governador do estado nas eleições de 1998. A partir deste suporte midiático, verificaremos como estes candidatos buscam atingir o imaginário coletivo, e como isto se correlaciona com seu projeto de poder ilustrado no Horário Político de Propaganda Eleitoral. Utilizar imagens e edições de vídeo como fonte historiográfica compreende um grande desafio, pois precisamos identificar, entre ícones, técnicas, e efeitos audiovisuais, aspectos omitidos, entrelinhas e afirmações, que constroem um universo representativo, estratégico e envolvente. Buscaremos analisar neste universo como se constitui as questões de gênero, partindo do pressuposto que este último é uma questão cultural simbólica. Através da análise do conteúdo iremos verificar como a temática “mulher” se apresentou dentro dos programas eleitorais, compreendendo que este suporte midiático de comunicação política constitui sistemas de significação individuais e coletivos sobre as tensões envolvidas nas distinções de sexo sob o viés biológico.

Palavras-chave: eleições; mídia; mulher; Mato Grosso do Sul.

Abstract: In view of the fact that political propaganda helps pretenders to the rank of popular representatives to convince voters and voters of their ability to represent them in political spheres, we seek to analyze the campaign videos displayed in the Free Elective Advertising Hours (HGPE) of the candidates to governor of the state in the elections of 1998. From this instrument of representation, we will verify how these candidates seek to reach the collective imaginary, and how this correlates with his project of illustrated power in the Political Schedule of Electoral Propaganda. Using images and video editions as a historiographical source is a great challenge, since we need to identify, among icons, techniques, and audiovisual effects, aspects that are omitted, between lines and affirmations, that build a representative, strategic and immersive universe. We will seek to analyze in this universe how the gender issues are constituted, starting from the assumption that the latter is a symbolic cultural issue. Through the analysis of the content, we will verify how the theme "woman" presented itself within the electoral programs, understanding that this media support of political communication constitutes systems of individual and collective significance on the tensions involved in the sex distinctions under the biological bias.

Keywords: elections; media; woman; Mato Grosso do Sul.

⁵ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/ UFGD) - Bolsista Capes Demanda Social. Endereço institucional: Rodovia Dourados / Itahum Km 12 - Unidade II | Caixa Postal: 364 | Cep: 79.804-970 Fone: (67) 3410-2270. E-mail: ppghistoria@ufgd.edu.br

Introdução

Ao longo dos últimos anos, a ciência política inclinou o olhar para os processos eleitorais tomando como parâmetros teorias da comunicação social e política, onde se coloca no centro das análises os cenários políticos midiáticos e os discursos televisivo dos candidatos, conforme nos orienta Albuquerque (1998). Estes trabalhos, realizados por diversos enfoques, nos auxiliam na compreensão dos processos eleitorais na medida que analisam de forma crítica as estratégias dos candidatos, e consolidaram algumas teorias sobre diferentes motivações dos eleitores no momento do voto conforme influência e estratégia de campanha.

Porém dentre esses diversos estudos, poucos inserem as questões de gênero sendo utilizadas como estratégias de campanha, especificamente no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Encontramos algumas produções neste sentido no Projeto de Pesquisa “Mídia, gênero: preferência política nas eleições de 2010 no Brasil, CNPq edital nº02/2010 que se dedicam a um debate sobre a construção da imagem pública dos candidatos, estereótipos e questões midiáticas.

Observamos também um número crescente de produções com a temática eleições e mulher a partir das eleições de 2010, com a vitória da ex-presidenta Dilma Rousseff, abordando principalmente a propaganda eleitoral de Dilma como candidata.

Ainda na comunicação política, as poucas abordagens em investigações acerca de gênero, passam pela representação da mulher em veículos midiáticos ao posicionamento de candidatas em suas estratégias eleitorais, conforme Panke (2015) nos relata.

Dentre estes estudos, tomamos aqui como contribuição os estudos que privilegiam a abordagem de estereótipos de gênero reforçados pela mídia e através de um mandato político conforme as contribuições de Miguel e Biroli (2011), Martins Ferreira (2015) e Raquel Paiva (2008), porém nos concentraremos nas Propagandas eleitorais veiculadas no Horário Gratuito,

e temos como recorte as eleições estaduais de 1998 no Estado de Mato Grosso do Sul, onde não temos nenhuma mulher na disputa ao cargo de governadora, o que não exclui a possibilidade de lançar uma investigação sob a perspectiva de gênero, tendo em vista que a própria ausência de candidatas já nos fornece um elemento para pensar os “lugares da mulher na política”, ou seja a participação da mulher na vida política pública, que tem sido alvo de extensos debates históricos e sociais, confirmando a presença hegemônica masculina nas esferas pública de poder.

No estado de Mato Grosso do Sul não é diferente, tendo em vista sua histórica dominação por elites masculinas oligárquicas desde 1982, onde a primeira constatação é que o Mato Grosso do Sul é marcado pela forte presença de figuras históricas do antigo Mato Grosso, como por exemplo, Pedro Pedrossian, governou o Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1980 a 1982 nomeado pelo Presidente da República João Figueiredo. Com as eleições diretas em 1982, o candidato eleito é Wilson Barbosa Martins, que governa até 1986. No período de 1987 até 1991 o Estado é governado por Ramez Tebet (vice- governador) e Marcelo Miranda Soares em seguida.

Em seguida temos o retorno de Pedro Pedrossian que governa de 1991 até 1994. E no período seguinte, entre 1995 até 1999 temos novamente Wilson Barbosa Martins a frente do governo do Estado.

Sendo assim, vale lembrar que Wilson Barbosa Martins governou Mato Grosso do Sul por duas vezes: de 1983 a 1986 e de 1995 a 1998. Em ambos os mandatos, chegou ao poder por eleições diretas e Pedro Pedrossian também governou Mato Grosso do Sul por duas vezes, de 1980 a 1983, a partir de indicação política, de 1991 a 1994, por eleição direta.

Diante desta continuidade no poder político do Estado durante décadas, vemos de forma coerente a avaliação de Marisa Bittar, em relação a este período: caracterizando a

contradição entre elementos novos (democráticos) e velhos (conservadores), pertinentes a superação do regime militar e a implantação do Estado Democrático de Direito.

Segundo a mesma autora, tal alternância destes sujeitos no poder nos remete a pensar a criação do Estado de Mato Grosso do Sul e sua histórica biografia de administração por elites agrárias masculinas e suas intenções e a maneira como esses grupos se organizam para delinear e construir uma estrutura político-administrativa que refletisse seu poder e seus interesses, e como atuaram politicamente durante um período considerável, para manter a sua condição econômica e assim compondo uma hegemonia, como afirma Gramsci (2000) no sentido de realizar uma combinação de direção política, moral e cultural exercida através da dominação com consentimento manifestado de forma passiva, por meio de um apoio coletivo, tendo o Estado como instrumento para suas realizações, consolidações e reprodução.

Utilizando os vídeos exibidos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral pelos candidatos a governador do Estado de Mato Grosso do Sul no pleito de 1998, iniciaremos um mapeamento de como os estereótipos na representação da mulher nestas campanhas se fazem presentes compondo o universo da construção da imagem pública dos candidatos, e perpassam pelas estratégias de campanhas dos mesmos.

Importante lembrar que tomamos aqui como parâmetro que questões de gênero podem ser abordadas sobre diversos ângulos, e a dinâmica das relações sociais é parte desta construção, pois os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros, como define Saffioti (1992, p. 210).

Compreendendo gênero como uma categoria que não trata de diferença sexual, mas sim de relação social entre mulheres e homens, entendendo como se constroem enquanto sujeitos sociais e não apenas como analítica e descritiva, é também histórica. Dessa forma, utilizaremos a categoria gênero para sustentar a discussão acerca da subordinação da mulher,

sua reprodução e as diversas formas que sustentam a supremacia masculina na sociedade, através da desigualdade de gênero, presentes na Propaganda Política dos candidatos nas eleições do Estado.

Procuramos englobar uma dimensão maior juntamente com o que constatamos em leituras realizadas no campo da ciência política, onde o Horário Eleitoral é visto como fonte importante de informação, pois colabora com a exposição dos políticos na mídia e traz mensagens de fácil assimilação e com base em seu estoque de conhecimentos e de valores, o eleitores e eleitoras selecionam e processam as mensagens veiculadas pelas propagandas, construindo seu pensamento crítico a respeito dos candidatos, e compreendendo que os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. E estas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas: nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente (LOURO, 1997, p. 31)

Na tentativa de compreender como as mulheres são representadas pelos candidatos, realizamos a análise do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) exibido durante o período de campanha em 1998 dos candidatos: Roberto Bacha, Pedro Pedrossian e Zeca do PT, compreendendo que a imagem pública dos candidatos se constitui como elemento central em seu sucesso político, e que existe uma relação entre estereótipos e imagem pública como artifícios manipulados como estratégias dentro do HGPE pelos atores políticos, assim nos possibilitando verificar como determinadas concepções de “mulher” perpassam as esferas e se estabelecem no campo político, midiático e social. Este artigo será dividido conforme as análises dos trechos de propagandas dos candidatos descritos acima: incluindo a fala dos candidatos, as narrações ao fundo, reportagens, depoimentos, *jingles* e vinhetas, além da descrição das imagens correspondentes.

Candidato Roberto Bacha.

O candidato Ricardo Bacha, inicia sua aparição no horário político de propaganda eleitoral (HGPE) exibido durante o período as eleições estaduais de 1998 no Estado de Mato Grosso do Sul veiculada nos períodos vespertino e noturno nos 35 dias que antecedem as eleições sendo exibido simultaneamente em todas emissoras de TV aberta do Estado a partir do dia 15 de agosto de 1998. Instituído pela lei Nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que criou o Código Eleitoral Brasileiro.

Com o *slogan* “nossa terra vai brilhar” observamos que o mesmo investiu na construção de sua imagem, com um enfoque bem personalista, apostando no apontamento de riquezas do Estado, até de uma forma romantizada, e sua inclinação ao desenvolvimento.

O vídeo inicia com alguns efeitos de edição em seguida mostra algumas crianças caracterizadas como indígenas brincando e pulando em torno da bandeira do Estado de Mato Grosso do Sul, com uma música instrumental suave e o áudio ao fundo: “...mato grosso do sul, um estado de muitas raças, um povo que plantou suas sementes neste chão e viu brotar uma gente morena: Mato Grosso do Sul: terra criança, pele de sol, olhos de céu”

Em seguida aparece a figura de Ricardo Bacha trajando uma camisa de cor clara, com o primeiro botão aberto usa barba e cabelos aparados e não é possível observar o uso de algum tipo de maquiagem. Interessante observar que ao projetar esse visual, o candidato se distancia de uma imagem formal de políticos tradicionais (sem o uso de terno e gravata). Ao fundo uma bandeira do Estado, olhos fixos na câmera em ângulo reto, e prossegue gesticulando com movimentos das mãos de afirmação, e voz firme e segura:

Meu nome é Ricardo Bacha e sou candidato a governador de mato grosso do sul, eu nasci nesta terra, conheço a força e o valor do meu

povo, e é por este povo que eu estou lutando. Todo meu trabalho no governo do estado vai ter um só objetivo: melhorar a vida da nossa gente. Durante esta campanha vou mostrar a vocês que tudo isto é possível. Somos um estado rico com muito potencial para crescer e tenho certeza de que com trabalho e competência vamos fazer do estado de mato grosso do sul em estado mais desenvolvido e mais justo, com oportunidade de trabalho e de uma vida melhor para todos.

Ao se apresentar, o candidato pecuarista do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), se coloca como pertencente genuíno do Estado, e se diz conhecedor dos habitantes de tal local, observamos assim que o referido candidato tenta fixar um sentido de identidade e pertencimento em relação ao Estado de Mato Grosso do Sul, tornando isto um atributo para sua capacidade de administração. Em sua apresentação, fica evidente a tentativa de uma construção representativa de sua imagem, que induz e condiciona a uma boa realização de sua atuação como governador, ao se declarar “nascido na terra” e conhecedor da “força e valor do povo”.

Está implícito que se utiliza das circunstâncias, manifestando seu possível conhecimento de característica dos sujeitos o qual intitula “povo sul mato-grossense” em seus aspectos étnico, social, individual, político, cultural, enfim, nas mais diversas e inúmeras facetas que elas representam.

Continua ainda incorporando no seu discurso uma “luta” por este povo, traduzindo assim que a sua candidatura a governador seria parte desta luta. Luta esta que o candidato verbaliza em primeira pessoa do singular, de forma genérica, não especificando que seja uma forma de competição de forças, de habilidade, de ciência ou de faculdades intelectuais, traduzindo assim que tal luta seria protagonizada pelo “eu”, além disto evidencia também o “meu” na promoção dos trabalhos no governo do Estado.

Em sua argumentação, vemos nitidamente no discurso do candidato a apropriação de uma identidade sugerindo um sentimento de pertencimento, colocado de maneira estratégica, na tentativa de convencimento do eleitorado.

Dessa forma, tal caminho que escolhemos como instrumento de análise nesta pesquisa referente a representação, nos remete e encontra sustentação nas formulações teóricas do historiador Roger Chartier, em seus apontamentos sobre a noção de representação enquanto instrumento teórico-metodológico de análise da história cultural. Segundo o próprio autor:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (1988, p.244)

O autor nos ajuda a compreender a estratégia da propaganda de Ricardo Bacha quando pretende penetrar o imaginário do eleitor através de técnicas discursivas e editoriais, posicionando o candidato como representante ideal conforme os valores a ele atribuídos

proferido na propaganda, conduzindo o eleitor a uma tomada de decisão baseada nesta representação.

O vídeo prossegue entre edições de imagens com cores predominantemente da bandeira do Estado de Mato Grosso do Sul e em seguida inicia a seguinte locução abordando uma síntese de uma possível trajetória pessoal do candidato, com a narração de uma voz masculina ao fundo afirmando: “A história de Ricardo Bacha, o homem que vai renovar Mato Grosso do Sul”

Ricardo nasceu em Campo Grande e cresceu nesta casa da rua 15 de novembro (neste momento é mostrada a imagem de uma casa localizada no município de Campo Grande). Primeiro filho de seu agostinho e de dona Nair. Ele professor e comerciante, ela mãe dedicada e muito carinhosa. O gosto pela política, Ricardo herdou do seu Agostinho, uma liderança da UDN, mas ele seguiu seu próprio caminho. Formado engenheiro, Ricardo volta a campo grande onde se casa com sua eterna namorada e forma sua família.

Neste trecho, uma elaborada transposição de fotos em preto e branco vão sendo reveladas em movimentos suaves editadas em uma espécie de álbum fotográfico: fotos de família, fotos do candidato quando criança sentado em um banco escolar, imagem do candidato com um diploma na mão e a típica vestimenta de formando universitário, imagens do mesmo com os pais em momentos íntimos familiares, a mãe na cozinha vestindo costumeiros trajes do que se sugere uma dona de casa na década de 1970, e o pai aparentemente em um escritório com uma estante repleta de livros ao fundo, aparentando uma coleção de enciclopédias, finalizando com fotos de seu casamento.

Podemos observar de forma nítida nesta representação o estereótipo da mulher condicionada ao espaço doméstico e privado de forma naturalizada, enquanto o pai é

representado na esfera pública, pois a propaganda apresenta o pai em sua profissão: “professor e comerciante” e a mulher adjetivada como “mãe dedicada”, em um modelo de família onde as distinções de gênero delegam aos homens autoridade e poder sobre as mulheres por sua vez, são definidas a partir dos papéis femininos tradicionais (prioritariamente mães, donas de casa e esposas, vivendo em função’ do outro, o homem) e das características consideradas “próprias das mulheres” englobadas no termo “feminilidade” (pureza, doçura, resignação, instinto materno etc.)

No retorno do candidato a Campo Grande, onde a propaganda descreve que o mesmo se casa com sua “eterna namorada e forma sua família”, novamente observamos na propaganda um “ideal de felicidade conjugal heteronormativa” que o candidato utiliza como estratégia persuasiva como construção da sua imagem pública.

Cabe aqui recorrer ao modelo teórico de Pierre Bourdieu (2007) para compreender a correlação entre mídia e política e a composição de sua complexa relação, e que cada espaço desta relação constitui um campo. Onde este campo no entendimento do autor, é “um sistema de relações sociais que estabelece como legítimo certos objetivos, que assim se impõe “naturalmente aos agentes que dele participam. Ainda conforme o autor, tais objetivos são produtos de lutas internas ao campo, que trazem à tona a percepção de uma função ideológica que o campo representa.

A partir desta compreensão, podemos apontar uma construção midiática em torno do candidato estabelecendo como legítimo valores sociais da esfera privada (família) atribuídos como valores necessários ao “homem público”. E o campo midiático faz isto reforçando estereótipos da mulher privada ao espaço doméstico (neste caso tanto a mãe como a esposa), que contribui para a formação da imagem do “bom homem” e “bom político”, que tem uma família “modelo” e um casamento de sucesso.

Não podemos deixar de lembrar que atualmente a primeira-dama ficou popularmente conhecida pela produção midiática de um veículo de comunicação como “bela, recatada e do lar”.

O exemplo acima juntamente com a descrição da propaganda política do candidato Roberto Bacha, nos permite perceber o viés tendencioso e ideológico do campo midiático na representação da mulher na Propaganda Política, onde percebemos um consenso explícito em suas produções acerca da mulher como boa esposa e boa mãe dos candidatos. Isto se confirma na propaganda do candidato, pois dentre os onze minutos de exibição da propaganda, oito minutos são dedicados à ilustração de sua família, esposa e filhos, e apenas três minutos são dedicados a propostas para gestão do Estado.

Candidato Pedro Pedrossian

O candidato Pedro Pedrossian Sua propaganda tem sua imagem projetada no centro de um fundo azul exibindo discretamente a coligação partidária no canto inferior direito, o candidato inicia sua fala de forma compenetrada e objetiva dizendo:

Meus amigos hoje eu gostaria de abrir meu coração para vocês de uma forma que eu talvez nunca tenha feito antes. Veja: não há um único dia em que eu não encontre uma pessoa que me pergunte: Dr. Pedro porque a essa altura da vida o senhor quer ser governador outra vez?

Está aí uma pergunta que eu também me fiz muito. Afinal, o que um homem como eu que já foi governador por três vezes, um homem que já experimentou o que é ter poder, um homem que hoje poderia estar aproveitando o que lhe resta da vida, vivendo com sua família, com seus netos, fazendo o que bem entender, pescando até...o que faria esse homem enfrentar as durezas de uma campanha política. eu vou dizer pra vocês: Deus olhou muito por mim, nestes meus setenta anos, nasci pobre, estudei, trabalhei e o destino quis que eu fosse governador por três vezes. E é aí que se explica tudo. Vocês sabem o que é ter sido três vezes governador? Significa muita experiência.

Este candidato, em especial, nos chama atenção por sugerir uma resposta pessoal ao que ele informa “porque a esta altura da vida o senhor quer ser governador outra vez”. Ele responde de maneira que nos chama atenção, pois se coloca como um homem que “já experimentou o que é ter poder”.

Diante de tal fala, observamos que o candidato em questão relaciona sua prática política com “poder”, conferindo um sentido pessoal deste poder como propriedade conferido ao governante que impõe sua vontade perante os governados.

Nesse sentido, tal verbalização, nos remete ao tema das heranças e das continuidades na História, pois a fala do candidato nos leva a pensar sobre o poder, e tomamos aqui a concepção sociológica de Max Weber, onde poder seria a probabilidade de impor seus pensamentos e vontades dentro de uma relação social legitimado em um fundamento, que neste caso seria o Estado como espaço privilegiado para o exercício deste poder. O que nos remete a pensar dentro da perspectiva cultural patriarcal, concebendo patriarcado como:

Organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril)” (COSTA, 2008).

Toda construção do discurso do candidato, se pauta em um personalismo, onde o candidato ocupa maior tempo de seu horário de propaganda com um discurso de autopromoção, se intitulado como escolhido por Deus, reforçando o mito judaico-cristão, base de nossa atual civilização ocidental, que aqui compreendemos como influência nos contornos dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres em nossa cultura, que se cristaliza na fala do candidato ao se colocar como homem público legitimando a relação de hierarquia de poder entre gêneros, pois além desta fala em sua propaganda, quando o candidato apresenta suas propostas e realizações de mandatos anteriores, observamos de

forma contínua propostas como: creches para as mães e geração de indústria e emprego para os homens. Tramando assim a naturalidade de lugares para homens e mulheres na sociedade.

Candidato Zeca do PT

O vídeo da campanha segue com grande alternância de imagens, em meio ao candidato sempre discursando de forma enérgica trajando camisa de botão e sempre com a expressão forte e rosto coberto de suor, em outros momentos aparece o candidato trajado de modo formal: blazer, gravata e paletó em órgãos públicos (Assembleia, câmara de vereadores) são exibidas cenas de grupo de pessoas caminhando em estradas, aludindo a uma representação de Movimentos Sociais de Trabalhadores Rurais, mulheres, brancas, indígenas e negras carregando crianças nuas no colo, estas últimas são filmadas de um ângulo mais próximo, com suas faces bem enquadradas na câmara, crianças magras e com poucas roupas brincando descalças em ruas não pavimentadas, imagens de comícios eleitorais, passeatas em ruas e avenidas com uma concentração expressiva de pessoas com placas e cartazes reivindicatórios do tipo: “não queremos morrer de fome, greve já”, entre alguns outros que não são possíveis de fazer leitura devido à falta de nitidez nas imagens.

No fundo um narrador descrevendo de forma poética a biografia do candidato:

Existe um rio por testemunha de um menino criado na vizinhança do horizonte, de pais humildes, herdou a coragem e a esperança, e foi assim se atirando para o amanhã, como uma semente que se agasalha no chão, que o menino olhando para o rio cresceu, aprendendo a reconhecer em sua gente, um destino comum de vencer as correntezas da vida e olhar o mundo com o olho da alma. se fez sabedor de leis e no trabalho forjou o próprio crescimento, como bancário, Zeca aprendeu a revelar toda encruza da injustiça, com firmeza lidera o combate à exploração, ao abandono e ao descaso como somos tratados pelos parasitas que se revezam no poder.

O menino, ornado de ousadia, virou Zeca do PT, a nossa marca, a cara de quem na vida aprendeu a libertar o outro o próprio grito aprisionado no peito. É nosso candidato em defesa das mulheres, negros índios, professores, sem-terra, comerciantes, agricultores, funcionários públicos.

O trecho acima reproduzido do candidato Zeca do PT, revela o personagem como homem atuante na política pública, e demonstra que sua atuação foi em favor de grupos humanos que conforme análise dos processos históricos e contemporâneos se encontra em desvantagem e sofrem com a exclusão social. Assim, a estratégia de campanha busca aproximar o candidato como representante destes grupos, revelando assim o candidato como produto social do próprio Estado, e conseqüentemente sendo o melhor representante.

Ainda que a propaganda do candidato traga uma perspectiva diferenciada em relação aos outros, ainda é possível observar o reforço de estereótipos na representação da mulher, que são identificadas como minorias e o esforço do candidato em olhar para estes grupos, incluindo as mulheres, sugerindo que estes devem ser tutelados pelo Estado.

Novamente, vemos, ainda que de forma mais subjetiva e poética, a construção dos papéis sexuais impostos para homens, pois o candidato na propaganda “é colocado como o menino ousado em defesa das minorias”, proferindo assim um discurso de amparo paternal a estas.

A propaganda reforça a comum concepção do sexo masculino como definição de coragem, força, vigor, e homem público que ocupa espaço nos negócios e nas ruas, enquanto a mulher é projetada como frágil e necessitada de cuidados.

CONCLUSÃO

Após esta pequena exposição de parte das propagandas veiculadas nessas eleições, podemos considerar que esse suporte midiático, que é o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral projeta de forma nítida a desigualdade de gênero ainda presentes no imaginário social coletivo, tomando aqui emprestado esse conceito segundo Castoriadis (1995, p.177) o imaginário se define pela imagem que os indivíduos e os grupos sociais têm do mundo, dos objetos e dos seres que compõem este mundo, bem como a imagem que fazem de si mesmos, de suas necessidades, de suas finalidades e de seus valores. Este imaginário dá o tom nas propagandas, que em meio a outros ingredientes como mitos, arquétipos, reforço de estereótipos compõem práticas persuasivas de exploração do inconsciente coletivo, reforçando as desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade através do processo marqueteiro e ficcional da linguagem da propaganda política, que de certa forma copta anseios, desejos e estruturas mentais e sociais e as resignificam, atribuindo sentidos que se materializam nas propagandas.

Contudo, as possibilidades de estudo deste objeto que é a propaganda política são inúmeras em vários campos de estudo e áreas do conhecimento e onde certamente muitos pesquisadores e estudiosos tem muito a explorar, especialmente nas questões relacionadas a gênero especialmente no caso do Brasil, onde a propaganda eleitoral exerce grande influência nas escolhas de representantes públicos. E as imagens que estes representantes projetam na propaganda política corresponde muitas vezes aos padrões de propaganda da mídia em geral: instituindo um padrão de mulher a ser seguido, dentro dos preceitos de uma sociedade patriarcal, onde o elemento homem dominante neste caso são os candidatos.

NOTAS FINAIS

- Marisa Bittar contribui de forma relevante sobre a temática do estado de Mato Grosso do Sul e sua histórica biografia política de Mato Grosso do Sul, temos uma alternância de poder no cargo de governador entre Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins (que apoia o candidato Ricardo Bacha) desde 1982 até o pleito de 1998, onde o candidato Zeca do PT propõe uma ruptura em tal processo conforme alguns pesquisadores que estudam as eleições estaduais em 1998 no Estado.
- Sobre comunicação política, as referências que utilizamos são das pesquisadoras Alice Lima e Luciana Panke, que pesquisam as relações de gênero na comunicação política e nas pesquisas eleitorais.
- Sobre o modelo de família explorado na apresentação da biografia dos candidatos, Observamos este modelo de família descritos no artigo: REVISTAS FEMININAS E O IDEAL DE FELICIDADE CONJUGAL (1945-1964), escrito por Carla CarlaBassanezi em Cadernos Pagu: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1682/165>
- Conforme os estudos sobre as relações de gênero muitas teóricas, com destaque para Judith Butler, questionam a matriz heterossexual (heteronormativa) que estabelecia a categorização desse conceito, desconsiderando as outras identidades de gênero e identidades sexuais que também compõe as discussões de gênero.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aqui você vê a verdade na tevê: a propaganda política na televisão**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999. (Dissertação, Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação - MCII), (Publicação do MCII).
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído**. São Paulo, 1997, 540 p. Tese (Doutorado) – USP.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, (1929 – 1989) A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CATANANTE, Bartolina. **A política educacional em mato grosso do sul. (1999 – 2002)**.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006
- MATOS, Heloiza. **Intenção de voto e propaganda política: efeitos e gramáticas da propaganda eleitoral**. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (organizadores). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- MIGUEL, L.F; BIROLI, F. (org.). **Mídia Representação e Democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOTA, Fernanda Ferreira. **Estereotipia e sub-representação feminina no Horário Eleitoral Gratuito Brasileiro: Um estudo de caso das eleições presidências de 2010**. Anais eletrônicos, Compolítica, Curitiba. V Congresso da Associação da Compolítica, abril 2013.
- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**- São Paulo, 2011.

Os impactos da falsa acusação em pequenas comunidades: possíveis encontros entre a Sociologia e a Criminologia no filme “A Caça”

The impacts of the false accusation in small communities: possible meetings between Sociology and Criminology in the film "The Hunt"

Artur Mazzucco Fabro⁶

Fernando Vecchi⁷

Recebido em 10/01/2017; aceito em 20/06/2017

Resumo: Este trabalho visa demonstrar algumas perspectivas da sociologia e da criminologia perante uma falsa acusação de estupro dentro de uma pequena comunidade, caso este contido no filme “A caça”. Utilizando um embasamento teórico das duas disciplinas, o presente esforço procura destrinchar a demanda punitiva presente na comunidade artificial do filme perante o hipotético cometimento de um crime sexual. O desenrolar do enredo nos mostra uma população que não reconhece (e reproduz) seus direitos básicos, como presunção de inocência, ampla defesa e contraditório. Nossa análise será desenvolvida a partir de uma investigação da obra cinematográfica em questão, unindo à utilização de conceitos de ambas as disciplinas para justificar nossas interpretações dos acontecimentos.

Palavras-chave: Criminologia; sociologia; Teorema de Thomas; rotulacionismo; estigmatização.

Abstract: This work aims to demonstrate some perspectives of sociology and criminology before a false accusation of rape within a small community, if this one contained in the film "The hunt". Using a theoretical basis of the two disciplines, the present effort seeks to disentangle the punitive demand present in the artificial community of the film before the hypothetical commitment of a sexual crime. The plot unfolding shows us a population that does not recognize (and reproduce) its basic rights, as a presumption of innocence, ample defense and contradictory. Our analysis will be developed from an investigation of the cinematographic work in question, uniting to the use of concepts of both disciplines to justify our interpretations of the events.

Key words: Criminology; Sociology; Thomas's theorem; labeling; stigmatization.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo operar com uma análise criminológica e sociológica do filme “A Caça” (2012)⁸, dirigido pelo dinamarquês Thomas Vinterberg. Utilizaremos, para nosso estudo, principalmente da ideia de *estigma social*⁹ do sociólogo canadense Erving

⁶ Mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: arturfabro@gmail.com

⁷ Bacharel em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e mestrando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: fvechi@gmail.com.

⁸ Em dinamarquês – “*Jagten*”.

⁹ “Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie

Goffman; do entendimento que Howard Becker tem do *outsider*; e do tratamento dado a uma categoria de sujeitos que Eugenio Zaffaroni, em o *Inimigo no Direito Penal*, denomina como *inimigo* ou *hostis*¹⁰, muito parecido com a proposta de Goffman. Portanto, já podemos atestar aqui uma interlocução conceitual entre os campos da Sociologia e Criminologia, onde uniremos ambas as interpretações para produzirmos uma perspectiva social mais ampla, acompanhando a complexidade das relações sociais que o filme apresenta.

A história se concentra na vida do personagem Lucas, interpretado por Mads Mikkelsen, que recebe uma falsa acusação de estupro de uma menina chamada Klara, de cinco anos, filha de seu melhor amigo. A garota, em determinado momento do filme, ouve palavras com conotação sexual de seu irmão mais velho e, após nutrir uma espécie de paixão por Lucas, acaba relatando para a diretora da creche que este havia lhe mostrado o órgão genital, em uma cena onde a confusão mental de Klara transparece sua insegurança perante o fato relatado.

Desta forma, utilizando também do pensamento de Howard Becker em *Outsiders*¹¹, percebe-se que, após Klara “denunciar” Lucas, existe uma suposta quebra de regra

menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (GOFFMAN, 2013, p. 6).

¹⁰O conceito de inimigo, referenciado por Zaffaroni como o *Hostis* em sua obra *O Inimigo no Direito Penal* tem origem no direito romano e foi usado na teoria política por Carl Schmitt. Muitos foram os inimigos ao longo das épocas, como coloca o autor, por onde o sistema punitivo e seletivo organizou categorias e sujeitos passíveis de eliminação.

¹¹ A obra de Becker se insere em um novo paradigma na criminologia designado pelo nome de Labelling approach. Este paradigma se encontra no enfoque da perspectiva ou teoria do “interacionismo simbólico, etiquetamento, rotulação ou ainda por paradigma da “reação social” (social reation approach), do “controle” ou da “definição.”[...] na verdade, *Outsiders* persiste ainda como a obra central do labelling, a primeira onde esta nova perspectiva aparece consolidada e sistematizada e onde se encontra definitivamente formulada a sua tese central” (ANDRADE, 1995, p. 27).

social e a imposição de um rótulo¹² a este personagem. Lucas estava em uma situação não-convencional dentro da pequena cidade. Foi-lhe atribuído um estigma de caráter individual que atribui uma identidade virtual (de estuprador) e que atribui um status moral negativo, pois contrariava valores e práticas dentro daquela comunidade. Somado a isso, o personagem tinha acabado de enfrentar um divórcio tumultuoso e perdeu a guarda de seu filho. Inconcebível um sujeito com estas características ficar impune após cometer um crime de caráter sexual. Este tipo de desvio numa pequena população promove um alto valor moral e sentimental entre as pessoas e isto acaba por despontar em revolta e medo.

Assim sendo, as relações sociais anteriormente mantidas por Lucas serão fortemente abaladas dentro do seio da comunidade, tendo o mesmo a necessidade de se provar inocente para garantir sua “sobrevivência social”, isto é, nas palavras de Émile Durkheim, de cessar a *anomia*¹³. O contexto-social do filme é de extrema importância para o desenvolvimento da história, pois demonstra com detalhes algumas facetas que grupos sociais desenvolvem a partir de certos acontecimentos que transgridem sua pretensa ordem, tendendo, na maioria das vezes, a fazerem de tudo para conservarem um *status quo* já estabelecido.

¹²A definição de rótulo pode ser entendida como uma atribuição designadora de um comportamento considerado negativamente desviante visto pelos outros, como, por exemplo, no caso do desvio criminal, aqueles que modulariam esse rótulo de desviante são as instituições penais (polícia, justiça, instituições penitenciárias, etc.).

¹³O conceito de anomia social - do sociólogo francês Émile Durkheim - inaugura uma primeira teorização sobre esse “comportamento desviante” visto por Durkheim nas sociedades ocidentais modernas. O autor desenvolve sua ideia de anomia em duas importantes obras: O Suicídio (1897) e A divisão do trabalho social (1893). “E a este estado de anomia que devem ser atribuídos, como mostraremos, os conflitos incessantemente renovados e as desordens de todos os tipos dos quais o mundo econômico nos dá o triste espetáculo. Porque, como nada contém as forças litigantes e não lhes designa os limites que devem respeitar, elas tendem a se desenvolver sem limites, e acabam por se chocar umas contra as outras para se recalcarem e se reduzirem mutuamente. Sem dúvida, as mais intensas conseguem muito bem aniquilar as mais fracas ou subordina-las” (DURKHEIM, 1983, p.4).

O MUNDO SOCIAL NO FILME “A CAÇA”

A convivência em sociedade pressupõe um conjunto de comportamentos que se padronizam ao longo das gerações e constituam o que se pode denominar de “comportamento normal”, enquanto aqueles que fogem a estas regras de comportamento possuem uma espécie de anormalidade ou desvio. A “sociologia do desvio”, que tem como maiores representantes Goffman e Becker, busca compreender o que distingue um comportamento desviante de outros tipos de comportamento considerados “normais”. Becker não entende o desvio como uma característica *personal* do sujeito, como se existissem pessoas mais ou menos propensas a serem desviantes, mas sim leva em conta a formalização de um caráter desviante perante o entendimento dos outros do que seria um desvio, ou seja, o desvio somente se materializa graças a um consenso do que é ser desviante. Em uma hipotética comunidade onde a pedofilia não é crime e nem uma atitude moralmente condenada, Lucas não estaria passando por nenhum constrangimento, mesmo esse constrangimento sendo ou não uma mentira.

Já para Goffman, assim como para Foucault, as instituições seriam as grandes responsáveis pelos estatutos da normalidade. Cada indivíduo passaria, no decorrer de sua vida, por instituições como manicômios, exército, conventos, hospitais, escolas etc. que atestariam sua normalidade ou não perante seus procedimentos específicos. O “processo de deterioração” que essas entidades provocam com a identidade do sujeito vai ao sentido de substituí-la por aquela criada e cultivada por elas, tendo uma ideia forte de *panoptismo*, que Foucault, ao estudar as prisões em *Vigiar e punir*, oferece uma interessante definição do sentimento de vigilância constante:

A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas. Do ponto de vista do guardião, é substituída por uma multidão enumerável e controlável; do

ponto de vista dos detentos, por uma solidão sequestrada e olhada (FOUCAULT, 2011,pp.190-191).

Quando surge um caso desviante no filme, um comportamento que ofende gravemente a moralidade das pessoas nesta pequena comunidade, as pessoas tendem ao máximo canalizar o mal no outro, e não em si, pelo fato de que neste ambiente estão presentes comportamentos altamente homogêneos e, desta forma, a comunidade será altamente refratária ao que se denomina *outsider*¹⁴, visando manter a estabilidade e a padronização dos comportamentos. É um mecanismo de defesa¹⁵ aparentemente menos custoso, mais econômico, porém, mais devastador àquele que se aplica.

São nas pequenas comunidades que os indivíduos se conhecem e mantêm redes de relacionamento estreitas e próximas. O filme se passa em uma pequena cidade da Dinamarca, onde o personagem interpretado por Mads Mikkelsen trabalha como professor em um jardim de infância. Lucas tem uma boa relação com as crianças. É um professor extrovertido e tem uma proximidade afetuosa, quase paterna, por Klara, a filha de seu melhor amigo. Inicialmente já existe uma problemática de gênero na relação demonstrada pelo filme, pois o personagem é um professor homem e jovem, que assume um papel socialmente construído em torno da figura de um instrutor de crianças, nesse caso no cuidado delas na creche.

Os membros da comunidade em que Lucas estava inserido viram como um traço de anormalidade o comportamento de um sujeito que, somando todos os rótulos imputados –

¹⁴ No começo de sua obra, Becker (2008) define o conceito de *Outsider* como aquele que quebra a regra social imposta pelo grupo dominante. O grupo dominante possui certos valores considerados como “normais”, enquanto a ação do desviante é algo excessivo a esse padrão, cujo rótulo será aplicado com sucesso ao sujeito se ele se mantiver numa carreira moral do desvio.

¹⁵ Trata-se de funções inconscientes do ego. O indivíduo se defende de algo, mas não tem absoluta consciência do que está se defendendo, sendo o mecanismo que mais se aproxima desta definição denominado projeção, onde o indivíduo transfere suas pulsões a outro.

homem, jovem, professor, divorciado -, fugiu do esperado pelas regras sociais, agredindo ferozmente não somente o Direito, como também uma moral que todos tinham como inerte e imutável. Quanto maior o estigma, maior a produção de controle social. E assim, quanto mais se foge ao padrão esperado pela comunidade, maior será a visibilidade estigmatizante do indivíduo (GOFFMAN, 2013).

Focando-nos agora na história de Klara, vemos a representação de uma menina solitária que possui transtorno obsessivo compulsivo (TOC) e uma relação familiar conturbada, frequentemente acontecendo brigas entre seus pais. Ela estuda com outras crianças numa pequena creche em que Lucas trabalha. O professor é muito atencioso com a menina, pois se encontra presente em muitos momentos que seus pais estão ausentes, momentos difíceis na vida da garota, quando, por exemplo, ela não consegue voltar para casa porque os pais a esqueceram na escola. A menina nutre uma paixão infantilizada¹⁶ pelo professor, em certo dia, entrega um coração de brinquedo para Lucas que, no momento, brincava de vivo-morto com a garota. Quando Lucas fecha os olhos, a menina lhe dá um beijo na boca. O professor então imediatamente afirma para menina que ela não devia fazer aquilo e alerta que não pode aceitar o presente, sendo melhor que ela o entregasse aos pais.

A menina se sente contrariada com Lucas e, num dia em que o professor vai embora da escola, a diretora a aborda e pergunta se está tudo bem, pois Klara se encontra visivelmente triste frente à situação de contrariedade. A menina, conforme o informa que está com raiva de Lucas e o acha “feio e chato”, argumenta ainda que Lucas possui um pênis. Em um primeiro momento, a diretora faz um comentário isento de julgamento, ou seja, diz que todos os

¹⁶O trabalho não pretende abordar questões psicanalíticas a respeito da relação entre Klara e Lucas. No entanto, cabe esclarecer que a infância não é um momento de pureza e não-sexualidade, mas sim que, segundo a concepção freudiana, se trata do desenvolvimento “de afetos, desejos e conflitos, que ainda hoje temos dificuldade em aceitar a sexualidade infantil proposta pelo fundador da psicanálise”(ABU-JAMRA ZORNIG, 2008, p. 2).

meninos têm um pênis e que isso é normal, mas Klara alega que o de Lucas ficara para cima e “apontava para ela como uma vara”. A diretora da creche então questiona a menina se, por ventura, ela havia visto o pênis do professor, e a menina, hesitante, diz que não, mas com insistência da diretora a menina move a cabeça de forma positiva.

Na rede-social dos personagens do filme, que se conhecem e mantêm elos de amizade na caça, no convívio em jantares, etc., não há lugar que se possa escapar do prejulgamento, da desconfiança e da formação de preconceitos. A notícia se espalha sobre um suposto abusador na escola, a diretora chama um profissional para conversar com Klara, os pais são reunidos na escola para uma grande reunião. As pessoas ficam sabendo do fato e a rede de relações é estreita demais para ser quebrada. Não se trata de uma cidade grande¹⁷. O homem merece, portanto, punição, porque é um estranho, é um desviante, um *hostis*. Os conceitos de *hostis* e *outsider* se aproximam em relação às consequências do evento social. A figura do *hostis*, que significava “o estrangeiro, o inimigo, o *hostis*, era quem carecia de direitos em termos absolutos, quem estava fora da comunidade” (ZAFFARONI, 2007, p. 21-22), e, portanto, era passível de ser fortemente punido, se atrela ao do *outsider*, completando uma privação tanto social quanto penal do sujeito. Podemos dizer que ele “cumprirá” dois tipos de pena.

AS REAIS CONSEQUÊNCIAS DA ACUSAÇÃO E O ESTIGMA

Na obra *Outsiders*, Becker traça os caminhos essenciais para mostrar o paradigma da reação social ligado a pessoas que estavam inseridas em comportamentos considerados desviantes, advindos de processos sociais de interação e relacionamento com os demais

¹⁷ “Quando o “sistema de referência” é deslocado de uma comunidade local de contatos face-a-face para o mundo mais amplo dos aglomerados metropolitanos (e suas áreas conexas, de recursos e residenciais), verifica-se um deslocamento correspondente na variedade e no significado dos desvios” (GOFFMAN, 2013, p. 120).

integrantes do grande grupo denominado sociedade. Logo, o rótulo é atribuído ao indivíduo e este pode vir a assumi-lo ou não dentro de uma carreira pertencente a determinado grupo, e conforme assim o fizer, tornará sua identidade desviante concreta. Sua obra dá um passo importante para concretização da criminologia crítica, uma vez que rompe com a ideia etiológica do crime, isto é, trabalhar com as causas da delinquência.

Quando a notícia se espalha entre os pais das crianças e por toda a pequena cidade, acontece a já citada “deterioração da identidade” prevista por Goffman. Em pouco tempo, dentro de um ou dois dias, toda a comunidade que circundava Lucas sabia da acusação. Antes, um professor respeitado, benquisto pelos amigos, que participava de todos os ritos que aconteciam na cidade, que começava a se recuperar do relacionamento anterior, agora, após a acusação, um desviante. As notícias se espalham dentro de uma pequena sociedade fortemente ligada em redes estreitas de relacionamentos. Para Goffman, existem três tipos de estigma nitidamente diferentes entre si e que podem fazer parte da vida do indivíduo. Lucas se encaixa no segundo tipo:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical (GOFFMAN, 2013, p. 7).

A notícia particular deste caso, mesmo sem nenhum tipo de averiguação de provas sérias se espalha pela cidade. As consequências são imediatas: o isolamento da escola, a casa depredada, o cachorro morto, as agressões ao filho, o fim de um relacionamento amoroso. Lucas tem a vida completamente transfigurada. “Quando conhecida ou manifesta, essa

discrepância estraga a sua identidade social; ela tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo” (GOFFMAN, 2013, p. 20). O isolamento é tal que Lucas tem negada a entrada em um mercado dentro da cidade, e ignorando o aviso, é fortemente agredido levando socos e pontapés do açougueiro. Ninguém faz nada, a violência acontece aos olhos nus. Algo semelhante acontece com seu filho, após ter cuspidido na menina Klara por acreditar que ela estava mentindo.

O pânico moral se estabelece uma pequena cidade. Não se trata de ser um pânico alucinado, ele é um pânico real. As crianças da creche começam a relatar outros abusos, inclusive dentro de um porão que Lucas possuía em sua casa. A realidade socialmente construída de até então é deformada pelo pânico e pelo medo, oferecendo as justificativas necessárias para cessarem o mal o mais rápido possível. O estigma sofrido por Lucas é tão forte que as minúcias de sua vida privada são alvo de intensas especulações, sua aparência de um homem jovem que cuida de crianças é problematizada a exaustão e, portanto, fácil de ser estigmatizada: “A existência de um objeto portador de algo de desconhecido ou dano facilita a tarefa de manipulá-lo até fazer crer que é necessário aniquilá-lo para sobreviver” (ZAFFARONI, 2013, p. 242). Não há investigação, tampouco um conjunto de provas contundentes que façam presumir ser ele o autor do estupro, o que se sobressalta na notícia é o medo e o pânico dos moradores da comunidade.

O teorema de William Thomas, um dos pioneiros da Escola de Chicago, ao qual Goffman e Becker são filiados, se aproxima da definição do que acontece no filme: "Se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas consequências" (THOMAS, 1928, p. 512). A “profecia autorrealizável”¹⁸ se apresenta no filme, mesmo não ocorrendo de

fato a violação de uma regra (estupro), mas sim uma falsa violação. A acusação de estupro de uma garotinha de cinco anos de idade é algo por demais sério do ponto de vista moral da sociedade. É utilizando-se da violência com as próprias mãos que a população encontra a sua defesa contra este “mal” presente.

A sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria. Estabelece também as categorias a que as pessoas devem pertencer, bem como os seus atributos, o que significa que a sociedade determina um padrão externo ao indivíduo que permite prever a categoria e os atributos, a identidade social e as relações com o meio. Criamos um modelo social do indivíduo e, no processo das nossas vivências, nem sempre é imperceptível a imagem social do indivíduo que criamos; essa imagem pode não corresponder à realidade, mas ao que Goffman denomina de uma identidade social virtual. Os atributos, nomeados como identidade social real, são, de fato, o que pode demonstrar a que categorias o indivíduo pertence (DE MELO; DEUSTO, 2000, p. 1).

Jock Young (2002) tem uma posição clara acerca do inimigo que ronda as comunidades e dos elementos necessário para criação de um “bom inimigo”. Para o autor (i) deve existir os necessários elementos que convençam as pessoas de que ele é a causa de todos os males que acontecem em sociedade e ainda que (ii) eles, os inimigos, constituem essencialmente pessoas que são diferentes, que não seguem os hábitos da cidade, portanto, assim, não pertencem a ela, por possuírem vícios, trazerem corrupção e maldade ao *ethos* que os cerca. Existe uma conjuntura criminológica que se denomina de “cultura da punição”, sendo esta integrante de um sistema punitivo explanado por Zaffaroni no tratamento de *inimigo* ou *hostis* dado a alguns indivíduos, e por onde a resolução dos conflitos sociais

perpassa um processo de exclusão e punição, violando-se direitos e garantias fundamentais e desencadeando consequências como os linchamentos presentes durante o filme.

Ao final, apesar de sua inocência ser provada pelas autoridades, o estigma social como marca de deterioração é carregado pelo protagonista, o que o incapacita para a inclusão social. Num processo em que não são oferecidas outras formas de resolução dos problemas sociais, a punição só dá consenso e legitimação a uma cultura punitiva, onde a vitimização só aumenta o mal produzido.

E mesmo não existindo provas do seu crime, Lucas continua sendo suspeito. Inocentado na justiça, após se reunir com os amigos para um almoço no aniversário do filho, a tensão no olhar ainda se reproduz. Mesmo quando em uma cena, fica a sós com a garotinha Klara, seu corpo está paralisando, seu inconsciente mantém a distância que nunca mais irá se reatar. O personagem continua condenado, e dificilmente vai alcançar seu reconhecimento enquanto sujeito de confiança. A responsabilização que se recai, não se reata, o sacrifício do caçador já foi feito no momento em que a acusação se espalha pela cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DENTRO DE PEQUENAS COMUNIDADES

O poder punitivo está crescendo em instituições públicas, no seio de comunidades, nos centros urbanos e dentro de lares. Quando os habitantes de determinado lugar não reconhecem humanidade em seus integrantes que fazem parte dos mesmos elos, das mesmas reações, quando não adotam práticas de resolução de conflitos que perpassam direitos humanos e que sejam de natureza pacífica, o poder punitivo vence. Continua-se mantendo e aplaudindo o espetáculo da violência. O futuro se torna obscuro. Vidas são fragmentadas e destruídas. Problemas na esfera privada possuem soluções interpessoais em contextos privados, que

devem ser mediados entre as pessoas que estão próximas. Hulsman (1993) e Christie (2011; 1998) são exemplos de pesquisadores da criminologia que apresentam estudos onde mostram que a punição não soluciona conflitos.

Como colocam os autores Hulsman & Celis, ao se referir ao sistema penal, aboli-lo, isto é, abolir o modo punitivo de resolução de conflito significa “Dar vida às comunidades, às instituições e aos homens” (HULSMAN; CELIS, 1993, p. 92). Para o autor é muito comum que as pessoas envolvidas no crime busquem, inicialmente, as pessoas mais próximas para resolver o conflito. São instrumentos comuns de resolução. Aconselhem-se com pessoas próximas e alcancem uma solução. O conceito de *community boards* demonstra que a pacificação através de mediadores dentro da comunidade torna-se de maior eficácia para não se agregar mais punição e sofrimento às pessoas.

Estes conciliadores formam comissões ad hoc, compostas de membros escolhidos de acordo com as pessoas que solicitam a intervenção do Community Board. Se o conflito se dá entre portorriquenhos ou entre mexicanos, há pelo menos um portorriquenho ou um mexicano na comissão; se o conflito opõe um homem a uma mulher, terá que haver ali um homem e uma mulher; se o conflito se desenvolveu entre um comerciante e jovens, terão que estar ali um comerciante e jovens. A ideia básica é a de que os membros da comissão sejam pessoas próximas dos implicados no conflito. Outra ideia igualmente importante caracteriza este modelo de resolução de conflitos: os conciliadores não são preparados para resolver conflitos, mas sim treinados para não propor soluções. Eles são formados para ajudar as pessoas a reconhecerem por si mesmas a natureza do conflito, a escutarem umas às outras, a procurarem compreender a situação vivida pelo outro e, afinal, a decidirem o que fazer com o conflito: retomá-lo e em que contexto, ou encerrá-lo ali. (HULSMAN; CELIS, 1993, p. 134).

Os conflitos são transformados em situações problemáticas e que podem ter soluções positivas se as partes participam e tentam buscar um denominador comum entre ambas. O encontro face-a-face entre os conflitantes é “[...] similar a modelos de solução de conflitos (compensatório, terapêutico, educativo, assistencial, etc.) que, diferentes do modelo punitivo, têm a vantagem e não serem, ao contrário deste modelo – cuja aplicação exclui, automaticamente, os restantes – necessariamente alternativos”. (ZAFFARONI, 1991, p. 99). Como no exemplo de Christie (1998), quando um familiar, isto é, uma pessoa muito próxima das nossas relações comete uma conduta reprovável, que inclusive possa ser crime na legislação, em geral, as pessoas não buscam o sistema penal, a exclusão e a deterioração. Na maioria das vezes, quando o conflito é familiar ou entre amigos, a mediação e o diálogo são as principais formas pacíficas e humanizadoras de resolução do conflito em questão. Portanto, a busca de alternativas e de perspectivas que não sejam violentas deve estar no horizonte do alcançável.

Por fim, Goffman e Zaffaroni colocam que admitir um tratamento diferenciado, seja ao estigmatizado, seja ao inimigo, se configura em “exercer um controle social mais autoritário sobre toda a população, como único modo de identifica-los e, ademais, impor a toda a população uma série de limitações à sua liberdade” (ZAFFARONI, 2007, p. 118). Aumentar o controle social da sociedade dá margem ao aumento do controle punitivo, e isso contribui para que a punição seja elencada como a resolução mais apropriada dos conflitos sociais. Vamos à cena notável do filme: Lucas entra na Igreja, chorando, cantando alto, com raiva e com dor, totalmente embriagado, e então é retirado, expulso da igreja, expulso da sociedade, condenado. A profecia se realiza:

Tratar uma pessoa como se ela fosse em geral, e não em particular, desviante produz uma profecia auto-realizadora. Ela põe em movimento vários mecanismos que conspiram para moldar a pessoa

segundo a imagem que os outros têm dela. Em primeiro lugar, após ser identificada como desviante, ela tende a ser impedida de participar de grupos mais convencionais, num isolamento que talvez as consequências específicas da atividade desviante nunca pudessem causar por si mesmas caso não houvesse o conhecimento público e a reação a ele (BECKER, 2008, p. 44).

Quando o estigma de estuprador é aplicado a Lucas, todas as suas outras atribuições morais desaparecem. Toda sua trajetória de vida, suas ações boas, suas qualidades, seus papéis vividos em sociedade, como professor, como pai, como amigo, tudo o que ele fez de positivo para as pessoas que o cercam é destruído. O estigma tende a canalizar o mal e a rotulação negativa é feita de forma que tudo se resume a ser o estuprador.

Uma das formas de resolução para tratar o conflito, do ponto de vista abolicionista, é a responsabilização da comunidade que cerca o indivíduo. Estreitar os laços pacíficos e buscar uma resolução que torne o indivíduo mais humano e a sociedade mais responsável. A exclusão do inimigo, dos *hostis*, do estigmatizado ou do *outsider* só produz uma maior violência. As chances de dor e sofrimento são potencializadas. O caçador de uma pequena comunidade vira caça de uma população que quer sua punição. Abolir vínculos estigmatizantes significa valorar novos costumes, criar uma comunidade mais pacífica que pode se auto gerir em desenvolver soluções de conflitos com sua própria população, práticas libertárias, de indivíduos que se conhecem e mantêm relações uns com os outros. Dispensar a forma punitiva tanto do Estado quanto aquela que ronda as relações entre as pessoas é o que se busca.

Referências

ABU-JAMRA ZORNIG, Silvia Maria. *As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões*. Psicologia em estudo, v. 13, n. 1, 2008.

A CAÇA. [filme-vídeo] M. Kaufmann, S. Jørgensen. prod., T. Vinterberg, dir. Dinamarca: 2012. NordiskFilm. 106 min.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum*. Revista Seqüência, Florianópolis, n. 30, 1995.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução de Maria Luiza X. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHRISTIE, Nils. *Uma Razoável Quantidade de Crime*. Tradução de André Nascimento, Rio de Janeiro: Revan, 2011.

_____. *A Indústria do Controle do Crime*. Tradução Luis Leiria. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

DE MELO, Zélia Maria; DEUSTO. *Os estigmas: a deterioração da identidade social*. 2000. Disponível em: <http://efpava.cursos.educacao.sp.gov.br/Resource/282783,563,5E1/Assets/NB/pdf/nb_m07t03.pdf> Acesso em: 12 de mar. 2017.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Editora Abril. 1983.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 3ª ed. Editora LTC, 2013.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Niterói: Luam, 1993.

MERTON, Robert K. *The Thomas theorem and the Matthew effect*. Social forces, v. 74, n. 2, p. 379-422, 1995.

THOMAS, William Isaac; THOMAS, Dorothy Swaine. *The Child in America: Behavior Problems and Programs*. Nova York, Knopf, 1928.

YOUNG, Jock. *A Sociedade Excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade tardia*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *A Questão Criminal*. Tradução Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

_____. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

_____. *O inimigo no Direito Penal*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Sociologia e Modernidade: produto e produtor?

Sociology and Modernity: product and producer?

Rodrigo do Prado Bittencour¹⁹

Recebido em 10/03/2017; aceito em 20/06/2017

Resumo: Este ensaio busca desenvolver a proposta de uma reflexão sociológica sobre a peculiaridade da Modernidade enquanto emergência histórica específica. Bem como analisar a emergência da própria Sociologia como disciplina adequada para se pensar a especificidade da modernidade. Assim, tentará realizar um panorama sucinto mas eficaz e correto dos principais autores da formação da Sociologia, recorrendo também a outros mais recentes, e tentará, assim, entender não apenas a especificidade da Era Moderna como também o interesse da Sociologia por ela.

Palavras-chave: Sociologia; modernidade; século XIX.

Abstract: This essay seeks to develop the proposal for a sociologically reflexion about the peculiarity of Modernity as a specific historical emergence. And to analyze the emergence of Sociology itself as proper discipline to think about the specificity of modernity. Thus, it attempts to carry out a brief overview but effective and correct about the most important authors of the formation of sociology, using also the more recent, and shall lay thus understand not only the specificity of the modern era as well as the interest of Sociology for it.

Key words: Sociology; Modernity; nineteenth century.

Modernidade e Sociologia

O surgimento da Sociologia bem pode ser considerado como uma reação ao desenvolvimento da Modernidade, uma tentativa de entender o novo mundo que se formava. Desde seu início essa disciplina se propõe a pensar as peculiaridades das sociedades modernas ocidentais. Seus autores clássicos procuraram demonstrar quais eram essas peculiaridades, o que havia de novo na sociedade ocidental e como ela foi construída.

Assim, Durkheim (1989) afirmará que a Modernidade se caracteriza por um novo tipo de laço social, a *solidariedade orgânica*, diferente do que une as sociedades tradicionais.

¹⁹ Doutor em Literatura de língua portuguesa – Universidade de Coimbra (Portugal). Professor do Instituto Moduo Educar. Rua Prudente de Moraes, 743, Centro, 13201004 - Jundiá, SP - Brasil, Telefone: (11) 45217364. rodrigobittencour@gmail.com

Para ele, estas sociedades tem como principal fator de coesão social a imensa submissão de todos às mesmas regras e condições de vida, o que iguala a todos e gera a união ao semelhante e a defesa do grupo como mais importante que o indivíduo; a isso ele chamou *solidariedade mecânica*.

O laço de coesão característico das sociedades modernas é o que une os diferentes por provocar interdependência; os diferentes trabalhadores precisam unir-se e trocar seus produtos entre si para que todos possam obter tudo o que precisam, por exemplo. Afinal, quem produz sapato geralmente não sabe fazer computadores (e vice-versa). Deste modo, Durkheim afirma que o próprio "funcionamento" da sociedade moderna, seus "mecanismos internos", diferem-se ontologicamente daquele que marca as sociedades tradicionais.

Engels e Marx (2001), por sua vez, pautarão a diferença social por meio da economia. O que diferencia a Modernidade de outras sociedades é que nela impera o *modo de produção capitalista*, sistema em que os produtores foram alijados dos meios de produção e vendem sua força de trabalho aos que os possuem, os donos do capital. Deste modo, a exploração capitalista do trabalhador que vende sua força de trabalho (proletário) se dá por meio da extração de mais-valia, ou seja, pela apropriação de parte da produção do proletário pelo capitalista.

Isto trouxe consequências não só para a economia, mas modificou também as relações sociais: elas se distanciaram da religião e de outras ideologias que justificassem a ordem e escondessem a dominação e se tornaram cada vez mais evidentes em sua verdade econômica. Disseram Engels e Marx, no *Manifesto do Partido Comunista*, descrevendo as transformações trazidas pelos capitalistas ou burgueses:

Em resumo, (a burguesia) substituiu a exploração disfarçada sob ilusões religiosas e políticas pela exploração aberta, cínica, direta e brutal.

A burguesia despojou de sua aura todas as atividades até então

consideradas com respeito e temor religioso. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência, em assalariados por ela remunerados.

A burguesia rasgou o véu de emoção e de sentimentalidade das relações familiares e reduziu-as a mera relação monetária (ENGELS; MARX, 2001, ANO).

Além disso, o próprio desenvolvimento do capitalismo gerou, segundo estes autores, um acirramento da luta de classes e a simplificação desta na oposição entre burguesia e proletariado, alinhando todas as outras classes a estas duas. De tal modo, Engels e Marx veem a Modernidade como espaço do conflito em torno das relações de produção capitalista e tem sua especificidade como evidente. Outras épocas viveram outros modos de produção e, portanto, outros modelos de conflitos sociais e de exploração do trabalho alheio.

Em contrapartida, Max Weber percebe como especificidades da Era Moderna dois processos que nela atingem seu ápice e que não se referem a um campo de atuação humana, mas a todo seu modo de viver: *os processos de secularização e racionalização*. Weber afirma que, no Ocidente, as diferentes atividades humanas têm ganho cada vez maior autonomia em relação à religião (2004). Assim, a ciência, a arte, a economia, o esporte... os diferentes campos de atuação humana, enfim, passam a seguir uma lógica de atuação própria; distinta da lógica religiosa. Com essa autonomia – relativa, há de se ressaltar – cada campo pode não apenas elaborar sua lógica própria de atuação bem como pode e deve competir com os outros campos, inclusive com a religião, para ser o mais importante do ponto de vista daquela sociedade e impor-se sobre os outros.

Nesse mesmo caminho está o processo de racionalização (WEBER, 2000). Este dá-se pelo predomínio da razão com cada vez mais intensidade em cada vez mais campos de atuação social. Assim, os sentimentos e crenças perdem importância diante do uso da razão e de sua eleição como bem maior da humanidade. A razão passa a ser usada com cada vez mais frequência e a ter prioridade enquanto guia das ações do homem.

São muitos os autores que poderiam ser aqui citados para tratar da Modernidade; é preciso, porém, delimitar algumas características consensuais a respeito dela para que o raciocínio não se perca na infinidade de autores que escreveram sobre este tema e para que não se corra o risco de deixar de lado o essencial. Há certas características que são geralmente associadas à Modernidade. Depois das contribuições destes autores clássicos, tais características foram extensamente comentadas e descritas por uma série de outros autores e um perfil da Modernidade foi traçado por meio delas.

Tais características são: o individualismo; a importância das relações econômicas; o secularismo; o racionalismo; a fragmentação da sociedade em diversos grupos distintos entre si; a ausência de certezas; a existência de classes sociais em luta; a presença do Estado e de outras instituições impessoais e burocráticas e a valorização da ciência. É claro que essas características relacionam-se entre si e não podem ser pensadas como categorias estanques. Além disso, elas são generalizações que abarcam muitas relações de poder e situações sociais distintas. Ainda assim é preciso tê-las em mente para saber, afinal, o que é que está sendo chamado de “Modernidade” e porque se diferencia isto de sociedades de outras épocas e lugares. Dentre elas, o individualismo parece ser a mais importante distinção da Modernidade com relação a outros períodos históricos.

Se as transformações que a Modernidade trouxe não fossem significativas o suficiente para diferenciá-la assim, não faria sentido usar desse termo. Isso foi proposto pela Sociologia. O meio usado por essa ciência social para se diferenciar das demais e se autonomizar enquanto disciplina independente e específica foi conferir a seu objeto de estudo um caráter também específico: é porque a sociedade moderna se diferencia das suas antecessoras que os discursos válidos em outras épocas já não servem mais. Para entender essa novidade é preciso um novo modo de abordar a questão, um modo que use do método científico para abordar o que antes era feito por meio da arte, da religião e do senso comum.

A Sociologia surge à medida que surge a Modernidade e está ela inserida nesse mundo dentro de uma lógica específica: é justamente porque a Modernidade questiona a validade do discurso religioso e legitima a ciência é que se precisa de um discurso científico para se falar da sociedade. Este discurso não precisa enaltecê-la ou defendê-la para justificá-la; basta que seja um discurso científico, ainda que crítico, para confirmar a Modernidade, para entrar na lógica de produção e reprodução social que coloca na ciência o valor de verdade que antes pertencia à religião.

Assim, a Modernidade é uma construção histórica e social, fruto de processos antigos de transformação da sociedade, conforme afirma Weber (2000). Processos que não foram planejados e conscientemente previstos, mas que aconteceram numa confluência de tendências, fatos e desenvolvimentos que culminaram na sua formação específica. Ela bem poderia ser de outro modo ou sequer existir. Afinal, a Modernidade não é um fruto natural da humanidade, embora o discurso ideológico dominante queira fazer parecer que sim.

Isso nos remete ao conceito de “ideologia”, de Engels e Marx (1993). Estes autores afirmam que a ideologia dominante tende a naturalizar a História, afirmando sua inevitabilidade e tentando demonstrar ser benéfico que ela seja como é, uma vez que esta sua configuração atual seria a mais adequada ao ser humano; numa espécie de evolucionismo social cego e alienado. Essa crença na sociedade, no modo de vida nela presente, é essencial para a reprodução da mesma e é o que motiva as pessoas a não se rebelarem contra a ordem social vigente, mas leva-as a aceitarem-na e a agir dentro de sua lógica de operação.

Individualismo

Como construção histórica não-natural e não-necessária, a Modernidade se constituiu

ao longo de um processo que pode ser descrito historicamente e situado no tempo e no espaço. Dos autores que tratam deste processo histórico, pode-se destacar Norbert Elias (2011) como aquele que mais se preocupou com o estudo da História da Modernidade.

Ele a vê como acirramento do individualismo, o que o marxismo diria ser fruto da ação burguesa, e construção de um conjunto de regras e tabus que transformaram as relações sociais, normatizando com cada vez mais rigor atitudes que antes não eram normatizadas. Percebendo o indivíduo cada vez mais autônomo em relação à sociedade, Elias mostra como isso é fruto de transformações históricas advindas da luta por poder e diferenciação (diferenciação já é poder) social entre diferentes classes e grupos. Assim, para se mostrar diferente e superior às demais pessoas, os membros das sociedades de corte criaram todo um conjunto de normas de etiqueta que serviu e ainda serve para diferenciar e conferir status a quem o domina e o põe em prática.

Essa busca por diferenciação, porém, não levou apenas à criação destas regras de etiqueta. Só isso já seria algo muito importante a considerar, pois esta etiqueta serve para distinguir um grupo de outro e permitir ou barrar a entrada de pessoas estranhas a esse grupo. Todavia, o processo de diferenciação social na busca por poder em sua rede de relações teve consequências mais amplas. Assim, a busca por identidades sociais que distinguissem um grupo do resto da sociedade passou a dar cada vez mais valor na atuação do indivíduo, principalmente porque as regras sociais que definem o pertencimento a um grupo já não é dado por uma lei, consuetudinária ou não, como no Antigo Regime, mas por atitudes e hábitos. O problema é que esses são bem mais variáveis que as leis e costumes tradicionais e variam não apenas com o tempo, mas de pessoa para pessoa. Assim, a identificação do indivíduo na sociedade deixou de vir de uma regra externa a ele, mas agora era determinada já por sua própria conduta; contribuindo para que o foco dos interesses sociais recaíssem cada vez mais sobre si e não sobre seu grupo ou o corpo coletivo inteiro.

Junte-se a isso a concorrência exacerbada dentre diferentes indivíduos no capitalismo. Como este funciona a partir da concorrência entre indivíduos, sejam eles capitalistas ou sejam proletários, é evidente que seu foco também recai no indivíduo. Podemos também apontar a secularização e o racionalismo como fatores desencadeadores de individualismo, uma vez que negam o relacionamento coletivo com uma divindade e destroem as crenças que serviam de fator de integração ao grupo.

Desse modo, podemos perceber o individualismo como uma preocupação comum a vários autores importantes para a Sociologia. Há que se lembrar ainda das obras de Luis Dumont. O antropólogo francês aponta o individualismo como marca ideológica das sociedades modernas e vê os sistemas hierárquicos como ligados à ideologia dominante nas sociedades tradicionais, sobretudo orientais, valorizando a ordem e a distinção. Em seu livro *Homo Hierarchicus*, Dumont estuda o sistema de castas indiano para o contrapô-lo ao individualismo e à igualdade defendidas pela Modernidade. Ele trata desta em outra obra, intitulada *Homo Aequalis*. De fato, é impossível pensar na Modernidade sem pensar no rompimento que ela faz com os laços da religião, da família, do clã... e sua substituição pela impessoalidade burocrática, técnica, individualista, igualitária e científica. Esse é um de seus fatores mais importantes.

O Estado democrático é impessoal. Se ele for pessoal, perde sua característica democrática. Norbert Elias fala da transição de outras formas de poder para o Estado, como uma contribuição ao processo de individualização. É dele o seguinte trecho:

A transição para a primazia do Estado em relação ao clã e à tribo significou um avanço da individualização. Como podemos ver, a ascensão da humanidade até se tornar a unidade predominante de sobrevivência também marca um avanço da individualização. Como ser humano, o indivíduo tem direitos que nem mesmo o Estado pode negar-lhe (ELIAS, 1987, p. 189).

O Estado traz às pessoas a chance de não terem que se envolver em relações pessoais para resolverem conflitos ou implementarem programas de ações. Antes do Estado democrático moderno, se alguém estivesse descontente com um vizinho teria que se envolver num conflito pessoal contra ele ou pedir a mediação de um “padrinho”. O feudalismo pode ser ilustrativo quanto a essa proposição: se um servo da gleba entrasse em conflito com outro servo, o senhor é quem julgaria o caso e, por isso, tal servo deveria ter boas relações com seu senhor. Uma vez que praticamente não havia leis, a não ser as que o costume mandava, o senhor feudal tinha muita liberdade para decidir a questão do modo como mais lhe conviesse. Claro está que o senhor feudal não podia tomar qualquer decisão que quisesse, pois ainda que não houvessem leis escritas elaboradas por representantes do povo, havia costumes que cumpriam a função de lei. Entretanto, esses costumes não regiam de forma clara e específica, como as leis modernas o fazem, a ação do senhor e isso dava a ele a chance de privilegiar os servos que lhe eram mais fiéis. O mesmo se dava diante do monarca absolutista. Esta “brecha” na justiça do Estado pré-Revolução Francesa obrigava os servos e súditos a serem obedientes e fiéis a seus senhores, pois nunca sabiam quando poderiam precisar deles.

Ora, o Estado democrático moderno acabou com essa necessidade de se apoiar nas relações pessoais para obter seus direitos, com esse “clientelismo”. Tal forma de Estado, ao menos em tese, permite a um cidadão fazer o que quiser sem ter que agradar aos poderosos, pois atua da mesma forma para com os poderosos e para com os fracos. A lei é igual para todos: é esse o princípio básico do direito moderno. O princípio básico da moderna sociedade burguesa e do moderno Estado democrático burguês. Sociedade sem divisão de castas, sem divisão entre estados, sem distinção entre as pessoas... Lugar onde todos têm os mesmos direitos e deveres. Estado no qual ninguém tem que procurar agradar os poderosos, pois até esses são obrigados a cumprir as mesmas leis e essas leis, além de serem minuciosas e claras,

são feitas por representantes do povo. São leis que defendem o bem de todo o povo. Esse é o credo do Estado democrático moderno, o credo do liberalismo burguês que lutou pela implantação desse Estado.

Esse credo, em nome do qual muitos derramaram seu sangue, se vangloria por ter trazido ao homem moderno a liberdade para atuar na sociedade e na política sem constrangimentos dos poderosos. Em outras palavras, se vangloria de ter conseguido conquistar o direito à impessoalidade. A impessoalidade é que garante a liberdade, é ela que protege o fraco frente ao forte, pois é ela que garante que todas as pessoas possam ter o mesmo poder decisório dentro do Estado apesar de suas diferenças de poder fora do Estado. A democracia grega clássica já instituiu mecanismos que garantissem essa impessoalidade há milhares de anos atrás: o pagamento de um salário aos administradores da *polis* foi uma maneira de garantir aos pobres condições iguais às dos ricos de deixarem suas profissões para governarem a cidade. À esta igualdade, que deu origem ao princípio do “um homem, um voto”, deu-se o nome de “isonomia”.

Graças a valorização da igualdade e do individualismo, a isonomia é tida como um dos valores máximos da Modernidade. Ela, sempre foi uma promessa Moderna; promessas, porém, nem sempre se cumprem. O interesse aqui, todavia, não é o de julgar os desdobramentos da Modernidade e entrar na polêmica sobre o seu suposto fim e o advento de uma Pós-Modernidade, ou discutir o cumprimento de suas promessas, mas sim discutir como a formação da Sociologia liga-se ao início da Modernidade e o que esta tem de singular. Para isso, deve-se sempre lembrar que a Sociologia foca-se num modo de analisar a sociedade que se coloca como parte da ciência para entender processos sociais de formação das sociedades modernas. Formação que pode ter como marco – embora, evidentemente, sem deixar de ter ligações com eventos de um passado bem mais remoto – a Revolução Francesa e seus desdobramentos.

Assim, cabe lembrar aqui a relação que Foucault (2014) estabelece entre a loucura e a Psiquiatria. A verdade da loucura não está nas mãos da Psiquiatria, mas é justamente o contrário: a verdade da Psiquiatria é que vem da loucura, uma vez que a invenção deste corpo de saberes e técnicas passou pela invenção histórica da loucura enquanto uma doença a ser curada; um mal a ser tratado.

Para alguns autores clássicos da Sociologia, a Modernidade assemelhava-se a um mal a ser tratado e curado. Engels e Marx (2011) deixam isto evidente em seus livros. Tratam-se de obras para transformar o mundo e não apenas para serem lidas e refletidas. O estado de coisas que eles percebem fazer parte de sua época era inaceitável e seu pensamento é colocado a serviço de uma prática (práxis) que o transforme.

Também Durkheim defendia uma transformação social do mundo por ele estudado e analisado. Embora, não fosse um militante tão dedicado quanto Karl Marx e Friedrich Engels, no final de *O Suicídio* (DURKHEIM, 2007) o sociólogo francês preconiza uma espécie de retorno às guildas e corporações de ofício medievais como modo de aumentar a coesão social e evitar a anomia. Ele não se delonga nesta proposta, deixando pouco claro o que desejava, mas é evidente não apenas neste livro, mas em toda a sua obra, o desejo de garantir a coesão social e evitar conflitos que pudessem desagregar o arranjo social que une entre si os indivíduos.

Weber foi o primeiro sociólogo, dentre os autores mais renomados, a abster-se de propostas de transformação da realidade por ele percebida. Até ele, a Sociologia havia surgido como uma reação à Modernidade e uma reação crítica e contestatória. Esta disciplina, ainda em formação, oferecia mesmo a opção de uma contestação conservadora, no estilo de Durkheim, ou revolucionária, na visão de Marx e Engels.

Mesmo antes deste clássicos, porém, ela surge com um ideal de intervenção social. Aquele que é considerado o fundador da disciplina, Auguste Comte, também foi o fundador

do Positivismo e sempre deixou claro o seu interesse em intervir e modificar a realidade social. Intervenção que deveria vir no sentido de controlar os desvios da sociedade em relação às leis gerais que pretensamente regiam a vida de todo grupo social.

Comte foi o fundador do Positivismo, escola filosófica/epistemológica que sempre defendeu a razão como centro ideal de toda a atividade humana e conferiu a ela um status semelhante ao de plenipotência, defendendo que a sociedade poderia ser intensamente melhorada a partir de sua organização racional.

Comte chegou mesmo a fundar uma espécie de igreja e um de seus mais célebres livros tem o título de Catecismo Positivista. Nesta igreja, no lugar das imagens de santos da Igreja Católica, deveria haver bustos de grandes pensadores da humanidade, como Platão ou Pascal. Gesto que lembra o dos jacobinos que, comandados por Robespierre durante a Revolução Francesa, tentaram destruir a influência cristã sobre os cidadãos a partir de uma nova religião, o Culto à Razão (BITTENCOURT, 2014, p.74).

Conclusão

Concluindo, podemos dizer que pensar a Modernidade, implica em pensar em Individualismo, Capitalismo, Estado Burocrático, Comunicação de Massa e outros dados históricos facilmente identificáveis, pouco controversos e já muito estudados. As interpretações dadas a esses fenômenos e suas análises mais minuciosas, porém, geraram muitas discussões e controvérsias mil; o que tem garantido ainda hoje o interesse pela Sociologia enquanto conhecimento possível de ser adquirido e válido para se entender as

peculiaridades de nosso tempo. Tempo que, ao se afirmar peculiar, se distancia dos demais e se qualifica como diferente, reivindicando uma pretensa especificidade histórica e mesmo epistemológica.

Cabe questionar, entretanto, se a Modernidade é um objeto de pesquisa que existe por si só ou uma invenção da ciência que foi criada com a pretensão de investigá-la: a Sociologia. Investigação, aliás, que começou pautando-se na tentativa de intervenção na realidade, com o intuito justamente de corrigir os problemas percebidos na Modernidade.

A percepção destes problemas variou de autor para autor, bem como o posicionamento político de cada um destes estudiosos. Ainda assim, foi patente e comum a proposta de gerar um conhecimento útil para a modificação do curso histórico dos desenvolvimentos sociais. Weber será o primeiro dentre os grandes nomes fundadores da Sociologia a abrir mão desta postura intervencionista. Ainda assim, também ele participa do papel de atribuir à época que sucede à Revolução Francesa um conjunto de especificidades diante dos demais períodos históricos.

Há que se lembrar que o período escolhido para ser distinguido dos demais – ainda que entre estes autores varie imensamente a metodologia, os pressupostos teóricos e epistemológicos e mesmo os objetivos políticos – coincide entre as diversas obras. Mesmo em meio às gritantes diferenças entre Marx, Engels, Weber, Durkheim e Comte, todos eles parecem concordar com o fato de que o século XIX foi um século de peculiaridades e intensas mudanças com relação aos séculos que o precederam. Além disso, deve-se ter em mente que este período coincide com o tempo de vida de cada um deles e das memórias de tempos antigos que pudessem ter-lhes chegado por meio de familiares e amigos. Não seria esta escolha, portanto, uma escolha narcisística e individualista? Não seria portanto uma escolha, em si, moderna? Trata-se de uma difícil questão, mas que é preciso ter em mente para se

analisar melhor o surgimento da configuração que a Sociologia dá aos últimos dois séculos (chamada Modernidade) e para se entender o surgimento da própria ciência sociológica e sua relação para com seu objeto de pesquisa.

Um segundo ponto seria questionar a própria consagração destes autores como os mais clássicos dentro do que se convencionou chamar de Sociologia. Escolha que não deixa de ter seus problemas, sobretudo quando pensamos nos autores mais antigos: Marx e Comte. Afinal, de formação filosófica, eles estavam longe dos métodos que hoje são considerados próprios da Sociologia e mesmo interessaram-se por temas que fogem a este domínio. Este assunto, entretanto, já fugiria daquilo que se propôs fazer neste ensaio e mostra-se um tema secundário para a análise aqui empreendida. Afinal, ainda que algum ou alguns destes autores fosse ou fossem suprimidos da lista de autores clássicos; ainda que outros fossem aceitos nesta seleta listagem; seria necessário sempre considerar que não apenas em seu princípio a Sociologia se colocou como o estudo da Modernidade, mas isso continuou por toda sua História e permanece até hoje. Tanto é que um dos temas que lhe cabe – em um questionamento interdisciplinar que também pode envolver a História e a Filosofia – é o da validade deste conceito para os dias de hoje ou se deveríamos começar a falar em Pós-Modernidade.

Enfim, a Sociologia precisa da Modernidade para existir e talvez ela também precise da Sociologia para sua existência. Partindo da análise deste ponto, fica mais fácil entender o discurso sociológico e perceber suas particularidades. Assim, é preciso analisar criticamente a pertinência não apenas do conceito de Modernidade, mas por conseguinte o da própria Sociologia.

Referências:

- Bittencourt, Rodrigo Prado. Teófilo Braga: a História Literária como Testemunha da Glória de Portugal. **Revista Magistro**, Rio de Janeiro, 2014, vol. 9, núm. 1, p. 66-88.
- Dumont, Louis. **Homo Hierarchicus**. São Paulo, Edusp: 1997.
- _____. **Homo Aequalis**. São Paulo, Edusc: 2000.
- Durkheim, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo, Paulus: 1989.
- Durkheim, E. **O suicídio**. 6. ed. Barcarena: Presença, 2007.
- Marx, Karl e Engels, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- Elias, Norbert. “Mudanças na balança nós-eu”. In: _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994, p. 127-193.
- Elias, Norbert. **O Processo Civilizador. Volume 1: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- Foucault, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: LP&M, 2001.
- Pierucci, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- Pierucci, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber. **Revista Brasileira de ciências Sociais**, São Paulo, jun. 1998, v.13, n.37, p. 43-73.
- Weber, Max: **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- Weber, Max: **Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UNB, 2000.